

SERRA: UM OLHAR URBANO

Manoel Teixeira Azevedo Júnior*

Quando a fisionomia de um bairro amadurece, as arestas se arredondam, as retas se abrandam e o bairro acompanha o ritmo da respiração e da vida de seus moradores. Suas histórias se misturam e nós começamos a enxergar na rua aquilo que nunca tínhamos visto mas nos contaram. Quando a fisionomia do bairro se humaniza, ele pode continuar se transformando e vivendo ou pode ser golpeado de morte. (Ecléa Bossi)

Este é um trabalho sobre imagem urbana. Busca realizar uma leitura de um bairro de Belo Horizonte, a Serra, a partir da forma, entendida esta não apenas como atributo plástico, mas como algo em que, para além de uma morfologia física, ou justamente nessa morfologia, está inscrita, de modo indissociável, uma morfologia social, uma história, os fragmentos de memórias particulares, uma remição a outros tempos e modos de produzir e viver o espaço. A forma é assim como uma espécie de motor a partir do qual uma série de significados e práticas sociais se oferecem à captação do observador.

Trata-se, em alguma medida, de recriar ou registrar a experiência cotidiana de percorrer e vivenciar os espaços públicos, registro que, por seu caráter atento e analítico, acaba resgatando uma riqueza formal e de inter-relações espaciais que muitas vezes passa despercebida na de-

satenção e velocidade do dia-a-dia do habitante da cidade.

Assim, o foco de atenção do trabalho são as ruas, as esquinas e, principalmente, a arquitetura, não enquanto inventário de objetos isolados, mas sim inseridos no espaço urbano, observados a partir da rua.

Na Serra convivem hoje permanência e destruição, riqueza de referenciais do passado, convivência de diversos tempos em um mesmo espaço e substituição acelerada de edificações de épocas precedentes. Um novo padrão de ocupação e de relação com o espaço público vem se instalando e se disseminando no bairro, tendendo a homogeneizá-lo e a enfraquecer a diversidade social e arquitetônica que ainda é a sua marca.

Como é comum acontecer nas cidades brasileiras, no tempo de uma vida a arquitetura e o espaço urbano, os cenários e suportes dessa

* Arquiteto, Mestre em Planejamento Urbano e Regional pela COPPE-UFRJ, Professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas.

vida, são capazes de mudar tão intensamente que, adultos, não somos mais capazes de reconhecer os espaços que foram nossos na infância.

Assim, este trabalho, para além da captação da diversidade de situações urbanas e da beleza nem sempre percebida das configurações dos espaços do bairro, é um olhar particular posto sobre o mesmo, sem qualquer pretensão de esgotá-lo ou de abarcá-lo em sua totalidade. É passageiro e incompleto, feito das pequenas atenções, envolvimentos e rechaços que o espaço enseja a quem o percorre, e que pontuam de sensações estéticas, de captação dos valores e da poesia do habitar, o percurso do transeunte pelas ruas. É, além disso, o registro de um momento fugidio no intenso processo de modificação do espaço. É possível que os olhos do futuro já não sejam capazes de ver nem mais a cena fixa, as formas pulsantes e carregadas de tempo da arquitetura, que os olhos de hoje puderam captar, em meio a tantas coisas que já não foram capazes de ver.

O trabalho foi financiado pelo Fundo de Incentivo à Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica – FIP-PUC Minas, contando com a colaboração das estagiárias Alexandra Passos Nascimento e Daniela Batista L. Barbosa através de bolsas de iniciação científica do CNPq.

A ligação que pouco a pouco fui tecendo com o bairro da Serra, a partir de andanças por suas ruas, momentos em que o espaço me acolhia e sensibilizava, em que a arquitetura desigual do bairro, registro de diversos tempos, chamava-me a atenção e fazia com que aquele espaço compusesse um pedaço significativo do meu

estar no mundo, induziram-me a registrar de modo mais pormenorizado a riqueza espacial que me passava pelos olhos. Além disso, outras ligações já vinham se fazendo: a casa de alguns amigos, o clube, o comércio esporadicamente usado, uma rotina de trajetos e passagens que me familiarizavam, apesar de não morador, com o bairro. Por outro lado, havia a percepção de que aquele era um momento que fugia e, mais do que passar, como todo momento, ele constituía um instante de uma mutação intensa por que passava e passa o bairro. Assim, havia a busca de registrar um afeto e também um certo momento na dinâmica de transformação do espaço.

A partir daí, algumas preocupações deram substância a este trabalho: primeiro, as relações entre os processos de modificação e de permanência, a percepção de que o espaço se modifica, mas que uma imensa gama de formas produzidas em outros momentos permanece, algumas bastante ameaçadas pelo roldão das transformações da ocupação, outras com significativo grau de consolidação e resistência às mudanças. Em ambas, a presença de uma forma que resiste. A que valores ou a que significados ela remete no tempo presente? Isso leva à discussão das relações entre percepção e captação de um espaço e o papel da história e seus referenciais nesse processo.

Em segundo, coloca-se também a preocupação de pensar como as diferentes situações espaciais ensejam apropriações, usos e visualizações do ambiente urbano, o que remete a questões como a relação entre espaço público e espaço privado e à estimulação estética e simbólica do espaço construído e do espaço vazio, ou seja, o pensar as diversas possibilidades perceptivas e de utilização oferecidas pela rua, a pa-

sagem circundante e a arquitetura, em suas inter-relações.

Nessa captação e registro do espaço do bairro coloca-se a consciência de que a cidade é objeto eminentemente dinâmico, produção contínua no tempo, que vai acumulando sucessivas intervenções humanas que são, no fim das contas, a própria efetivação desse objeto mutável. Assim, a cidade acumula e faz conviver referências e marcas de tempos diversos, de outros seres humanos que ali passaram, e é este acúmulo que vai carregando de “densidade histórica” e fazendo com que seja sempre possível, na vivência de seu espaço, perceber, mesmo que intuitivamente e de forma pouco elaborada, essa carga histórica, a resistência de suas pedras. Nesse processo, diversos referenciais vão-se perdendo, e é possível que as gerações atuais tenham cada vez mais dificuldade de, a partir da forma presente, refazer o percurso acumulado de transformação do espaço. No dizer de Aldo Rossi (1982), “a forma da cidade sempre é a forma de um tempo da cidade; e há muitos tempos na forma da cidade. No mesmo curso da vida de um homem, a cidade muda de rosto a seu redor, as referências não são mais as mesmas”. (p.105)

Edgard de Decca (1991) observa que com a aceleração das transformações históricas em nosso tempo a memória, enquanto coisa fluida, fragmentada, espontânea, ou seja, enquanto experiência do vivido, vem cada vez mais se perdendo e sendo substituída pela necessidade de erigir deliberadamente “lugares de memória”, nos quais há uma espécie de enrijecimento dos mecanismos da memória e uma tendência à oficialização da memória coletiva. Essa oficialização tem refletido, em geral, a história dos vencedores e busca instituir essa história como identidade do grupo social ou da nação. Assim,

o elo de ligação entre o passado e o futuro, que no período pré-industrial fluía espontaneamente através da permanência e continuidade dos hábitos e tradições, tende cada vez mais a exigir o investimento na preservação e catalogação, às vezes obsessiva, dos referenciais do passado. Isso se dá, inclusive, como reação ao estranhamento e perda com relação ao passado e à desilusão frente ao futuro. Com isso, passou a constituir-se aquilo que de Decca chama de “memória histórica”, coisa híbrida que não é nem memória, porque alheia à experiência do vivido, nem história, porque destituída de seu valor crítico com relação ao passado.

É nesse âmbito que se coloca a tendência atual de isolar certos lugares como signos da memória coletiva, destituindo-os do contexto social de valores, hábitos, enfim, de cultura, no qual estavam inseridos e instituindo-os em símbolos de uma identidade coletiva falseada e mascaradora dos conflitos e diferenças imperantes no passado e formadoras do presente. Há uma tendência em olhar o passado com os olhos e os valores do presente, realizando uma certa idealização desse passado que busca “projetá-lo como um espelho de narciso para o presente”. (de Decca, Ibid., p. 9)

Cada época conforma e vive o espaço de forma específica, e a postura diante do passado deveria ser a de inventariá-lo e observá-lo como “diferença irredutível”, carregado de conflitos e contradições que estão na base da conformação do tempo presente. Isolar, por exemplo, os signos das classes dominantes, sem contrapô-los ao das classes dominadas, é cair na esparrela da memória histórica falseadora e idealizadora da identidade coletiva. É preciso ter clara essa diferença entre memória e história e, a partir daí, pensar os referenciais urbanos das diversas épocas.

cas e seu papel sobre o usuário do espaço.

A significação de um lugar se dá por uma conjugação de experiências pessoais, sejam elas percebidas como positivas ou negativas, e de referenciais coletivos mais ou menos contingentes, ligados a usos ou a impregnações simbólicas que certas edificações ou espaços vão adquirindo com o tempo, às vezes de forma arbitrária e imposta, às vezes de forma espontânea, como experiência do cotidiano. Assim, é possível e até comum que edificações remanescentes de determinada época possam transformar-se, com o passar do tempo e em função da raridade de outras edificações semelhantes, em símbolos dessa mesma época, passando a ganhar uma ressonância e expressão novas para a coletividade e para a percepção, mesmo que imprecisa, de que outras formas de viver a cidade já ocuparam aquele lugar.

Nesse sentido, um elemento, sobrevivente físico de um outro tempo, pode sempre se transformar em propulsor da consciência do transcorrer da história, em motor da noção de que outros homens por ali passaram e fizeram a cidade e o viver na cidade de uma outra forma. Esses elementos não podem, no entanto, ser isolados em signos vazios, destituídos das referências e cotejamento com seus contrários.

Assim vai-se tecendo a forma da cidade, muito mais do que como mera agregação física de objetos no espaço, mas como agregação e transformação constante que envolve sempre a contínua criação, destruição ou sobrevivência dos referenciais da memória de cada um e da memória que tem ressonância para muitos, que fala daquilo que afetou ou enquadrou a ação de muitos. A forma da cidade reflete sempre, em maior ou menor medida, a presença ou persistência, na atualidade, do que foi produzido no

passado.

Nesse sentido, a arquitetura ganha enorme importância enquanto “cena fixa das vicissitudes do homem, com toda a carga dos sentimentos das gerações, dos acontecimentos públicos, das tragédias privadas, dos fatos novos e antigos” (Rossi, *Ibid.*, p. 62). O conteúdo dessa cena não é, evidentemente, mais o mesmo do passado, mas a persistência das formas requalifica as utilizações contingentes do presente e dota o espaço de uma riqueza de significados que é história acumulada, densidade de tempos, ação do homem presente nos espaços dos que o precederam.

Ao olhar para o espaço urbano a arquitetura fala, está carregada de referências e significações. Inserida no espaço coletivo e no conjunto das edificações, estabelece contrastes, formas de relação com a rua, instigações ao imaginário, ativações estéticas, etc., capazes de remeter a padrões de socialização, de gostos e valores, a máscaras sociais, a formas de individualização e de separação entre grupos. “Cheios e vazios, edificações e logradouros, público e privado, formam um código. As muitas articulações possíveis dos diversos lugares em cada sítio constituem uma linguagem peculiar” (Santos, 1986, p. 59-60). Essa linguagem, no entanto, apresenta grande ambigüidade, não se presta a leituras simplistas ou deterministas, abrindo-se para uma grande gama de significações que não se oferecem de imediato, mas que pedem a reflexão. Conforme destaca Santos (*Ibid.*), os produtos arquitetônicos e urbanísticos talvez sejam excessivamente poéticos, mas é justamente aí que reside sua maior força, na capacidade de resistir à fragmentação e de enfeixar e sintetizar múltiplos significados e informações. “A síntese espacial urbana tira das relações metafóri-

cas sua maior eficiência. Os lugares, por serem como são, dizem de uma só vez uma porção de coisas para um monte de gente. Apresentam conformações cumulativas. Estão no presente mas podem demonstrar como já foi e como, talvez, será. Assim não só con-formam. Também in-formam". (p. 60)

Se essa é a força e o fascínio do espaço urbano, ela implica também uma permanente incompletude e relativa precariedade das abordagens e tentativas de explcação ou captação do mesmo, incapazes de refazer sua riqueza, sua dinamicidade, seus múltiplos significados.

A ABORDAGEM DO URBANO

A cidade, enquanto realidade complexa e multifacetada, oferece possibilidades diversas de abordagem. Se pensarmos do ponto de vista da história do pensamento urbanístico, os saberes sobre as cidades privilegiaram pontos de vista muito diversos, de acordo com as épocas e suas preocupações básicas a respeito das concentrações humanas nas cidades. Maria Estella Bresciani (1991), procurando compreender a constituição da rede de questões que passaram a ser denominadas, genericamente, como questão urbana, em função da problematização das cidades a partir das primeiras décadas do século XIX, estabelece o que ela chama de "entradas das cidades", pontos de vista diversos da problematização da questão urbana. Detecta então "sete portas", que vão desde a questão sanitária, passam pela questão dos conflitos sociais, pela formação das identidades sociais, pela reeducação dos sentidos do habitante da cidade, pela definição da cidade como lugar do "progresso" da história, pelo estudo da cultura popular, e che-

gam até à sétima porta, construída teoricamente em tempos mais recentes e que busca dar conta da "relação subjetiva das pessoas com a cidade e com tudo o que ela contém - coisas, pessoas, memórias...". Corresponde à abordagem da diversidade dos territórios de que se compõem a cidade. Referindo-se a um trabalho de Anne Coquelin, Bresciani aponta que, desse ponto de vista, "a matéria urbana forma-se pelo fio condutor da opinião, como transmissor de memórias, uma doxa urbana vagabunda, mutável, transportadora de pedaços de recordações, tanto históricas como pessoais, intimamente misturadas à escrita, à escuta, ao momento e aos costumes". (p. 13)

Essa fluidez e complexidade da "matéria urbana" aponta para uma impossibilidade de apreensão absoluta da mesma, para uma incompletude de qualquer modelo ou sistema que pretenda estabelecer uma visão totalizante da questão urbana. Aponta para a consciência de que a abordagem da cidade se dará sempre por partes e por uma necessidade de freqüentação constante entre diversos saberes, constituindo uma teia de conhecimentos e perspectivas que, por mais que tente, jamais conseguirá abarcar a diversidade e complexidade do fenômeno. As chamadas "ciências urbanas", ou o urbanismo, estarão sempre fadados a trabalhar com descrições e quantificações insuficientes, aproximações ou inferências que, em geral, na busca do discurso sistêmico, totalizante, da transparência do conceito, resvalam para descrições ou recortes da realidade que se reduzem a caracterizações de tamanho, atividades, fluxos, processos de formação, papéis econômicos, etc. Se esses aspectos são importantes para a abordagem das cidades a um nível mais geral (regional, planetário ou do mero funcionamento da cidade

em um sentido quase que mecânico), são totalmente insuficientes para se aproximar da teia de memórias, significações, valores, costumes, relações interpessoais, que compõem a matéria urbana.

A abordagem mais profunda da riqueza de relações que compõem o urbano se dá quando consegue um tipo de aproximação da realidade que é própria das linguagens artísticas. De um lado, assumindo a abertura de significados e leituras que é própria das sínteses expressivas operadas pelas linguagens artísticas e, de outro lado, como na abordagem da obra de arte, não pretendendo esgotar sua compreensão ou as reflexões que ela enseja, mesmo porque impossível, mas explorando alguns dos múltiplos caminhos, das múltiplas entradas, que se abrem ao contato com a obra.

Nesse sentido, é preciso ter claro que a produção da cidade envolve requisitos não apenas de natureza utilitária ou funcional, apesar de na atualidade eles tenderem a predominar, mas um grande investimento afetivo, uma conformação do espaço e das formas, cuja apreensão não se esgota nas explicações de necessidades econômicas, afirmações sociais, etc. As formas e espaços da cidade são capazes de permanecer, de emocionar, de falar, para além das circunstâncias materiais que determinaram sua produção. E falam não apenas como acúmulo de tempos e sínteses da memória individual e coletiva, mas como arranjo plástico mesmo, como capacidade de dizer plasticamente, geometricamente, alguma coisa que só pode ser dita dessa forma, algo que as palavras, por mais que tentem, não são capazes de refazer. As formas da cidade simbolizam, repercutem no observador e informam do mesmo modo que a arte o faz. Há um envolvimento humano na produção da cidade que é

semelhante ao envolvimento na produção da arte, só que a cidade é uma obra coletiva e uma obra que não se faz em um momento, mas é obra de uma história, ou de várias histórias entrelaçadas.

Tendo em vista a complexidade de coisas que estão inscritas na cidade, em suas formas, significados, determinações, Rossi (1982) utiliza o conceito de "fato urbano", que reconhece de difícil definição e que envolve uma conjugação de morfologia física e morfologia social, de história e de invenção, da contínua ação do homem sobre um *locus* que se vai carregando de referências e significados a partir dessa mesma ação. A dificuldade de abordar o fato urbano e a impossibilidade de traduzi-lo completamente pela linguagem escrita, ou por outra forma de representação, faz com que permaneça sempre um tipo de experiência só possível a quem percorre aquele espaço. "O conceito que se possa fazer de um fato urbano sempre será diferente do tipo de conhecimento de quem vive aquele mesmo fato". (p. 73)

Procurando compreender a cidade como uma grande representação da condição humana e realizar a leitura dessa representação através de sua cena fixa e profunda, ou seja, a arquitetura, Rossi adverte para o equívoco de achar que a cidade como obra de arte seja redutível a algum episódio artístico e sua legibilidade, e não à sua experiência concreta. O fato urbano constitui uma totalidade que inclui também o sistema viário, a topografia urbana e todas as coisas que se podem apreender passeando de um lado para o outro de uma rua. Só que essa totalidade é sempre mutável e enriquecível a cada observação, exatamente como a obra de arte, inclusiva porque nela se introduzem fatores cambiantes como a hora do dia, as estações do ano e a

constante interferência e presença do ser humano. A imagem de certos lugares pode ganhar ressonância e significados particulares a partir dessas incidências sutis, percebidas às vezes em instantes fugidios, mas que conformam um dos instigadores da poesia e da beleza da freqüentação dos espaços das cidades. Isso exige, no entanto, uma certa disponibilidade e atenção, nem sempre possíveis nos tempos atuais.

A partir daí, duas questões precisam ser introduzidas. Primeiro, a crítica às limitações da abordagem que, por razões de facilidade descriptiva ou por equívoco conceitual, tem predominado nos estudos urbanos, qual seja, a compreensão do espaço a partir de suas funções. O outro aspecto é a possibilidade de percepção do todo urbano a partir de suas partes.

A consideração da função é importante para perceber os impactos da ocupação sobre as infra-estruturas urbanas e como indicador de possíveis intensidades e ritmos de utilização do espaço público, embora a mera consideração da função não esgote a questão das potencialidades e formas de apropriação do espaço. Além disso, ela é importante para as considerações quanto à conveniência da proximidade entre diferentes usos.

Como explicação dos fatos urbanos, no entanto, a função em verdade não é explicação, mas mera descrição, e impede, conforme ressalta Rossi (Ibid.), o estudo das formas e o conhecimento do mundo da arquitetura segundo suas próprias leis. No privilegiamento da função, a forma é despojada de motivações, como a intencionalidade estética e a necessidade, entendida esta do modo como a coloca Gregotti (1994), ou seja, como algo que resulta do diálogo com uma situação histórica, uma cultura, uma economia, um cliente, uma técnica cons-

trutiva e regras coletivas pré-fixadas, e diante dos quais o projeto responde não só funcionalmente, mas traduzindo esse diálogo, às vezes conflituoso.

Assim, não há uma relação linear de causa e efeito entre as funções e as formas, e estas têm, em geral, uma sobrevivência maior do que as funções. O valor da permanência dos edifícios e das formas como transmissão de determinada cultura não teria nenhum significado na explicação dos fatos urbanos pela função. "Se a origem da constituição tipológica dos fatos urbanos é simplesmente a função, não se explica nenhum fenômeno de sobrevivência; uma função está sempre caracterizada no tempo e na sociedade". (Rossi, Ibid., p. 104)

Qualquer fato urbano está em contínuo processo de transformação e, muitas vezes, sua permanência se dá precisamente pela permanência da forma e das potencialidades simbólicas e de apropriação espacial ensejadas por ela. "A cidade é algo que permanece através de suas transformações e as funções são momentos na realidade de sua estrutura". (Rossi, Ibid., p. 95)

Quanto à questão da possibilidade de apreensão do todo urbano a partir da parte, há que considerar, inicialmente, o caráter fragmentário da vivência cotidiana da cidade. Toda pessoa vivencia apenas uma parcela do território da cidade e há casos, embora cada vez mais raros na situação de dispersão e instabilidade do mercado de trabalho nas grandes metrópoles contemporâneas, em que as pessoas nascem, vivem e morrem no mesmo bairro sem terem tido a dimensão da cidade ou, o que é bem mais comum nas cidades do chamado terceiro mundo, sem terem vivenciado ou tido acesso às mínimas benesses ensejadas pela concentração urbana.

É lugar-comum, no entanto, considerar que o todo está na parte, o que implica, para o estudo da cidade, possibilidade permanente de pelo menos vislumbrar o todo a partir da leitura da parte. Referindo-se à abordagem da geografia feita por Tricart, Rossi (*Ibid.*) afirma que, embora sejam admissíveis escalas de estudo, é inconcebível pensar que a natureza dos fatos urbanos mudam de alguma maneira por causa de sua dimensão. O que se constata no nível da cidade está presente no nível da rua. Essa percepção, no entanto, nem sempre é simples e raramente é imediata.

Na conceituação que faz da cidade, Lefebvre (1969) a coloca como a meio caminho entre uma ordem próxima, que seria a ordem das relações e vivências cotidianas, e uma ordem distante, que seria a ordem mais geral da sociedade, regida pelas grandes instituições e poderes e pelo arcabouço jurídico mais global. Essas ordens, no entanto, não podem ser concebidas separadamente. A ordem distante projeta-se sempre na realidade prático-sensível, ou seja, nas relações do cotidiano, e essas relações dão especificidade às determinações da ordem mais geral da sociedade. A apreensão da cidade se dá sempre a partir das coisas e relações que nos rodeiam. Porém, a projeção da ordem distante sobre essa realidade prático-sensível, englobadas nesta as relações sociais e a própria linguagem formal da cidade, não se oferece para uma leitura imediata. Como diz Lefebvre, "a ordem próxima não reflete a ordem distante na transparência" (p. 49). Ela exige a reflexão humana.

Assim, em qualquer fato urbano estão implicadas relações de natureza estrutural ou referentes ao âmbito mais geral de organização da sociedade. Cabe saber percebê-las e compreendê-las. Às vezes essa percepção é facilitada pe-

las próprias diferenciações da morfologia física e social que convivem em um espaço mais ou menos amplo. Outras vezes, como é o caso de áreas com morfologias mais homogêneas, exige um poder maior de abstração e informação. Em ambos os casos, quer seja através de evidências mais claras, quer seja através de pequenos detalhes, abre-se a possibilidade de intuir o todo e mesmo de compreendê-lo a partir da leitura da parte.

O CAMINHAR PELO ESPAÇO

A abordagem que se faz do bairro da Serra parte, fundamentalmente, da experiência de caminhar por suas ruas, de percorrer seus espaços e ser tocado por aquilo que os conforma, principalmente pela arquitetura. Trata-se assim, basicamente, da experimentação do espaço por quem o percorre a pé e essa é, na cidade contemporânea, uma experiência cada vez mais sufocada ou residual, à medida que os deslocamentos tendem a se valer do carro ou do transporte coletivo, embora este implique, em geral, uma conjugação de percurso a pé e percurso no veículo. Já o uso generalizado do automóvel acentua e é mesmo um dos fundamentos do esvaziamento da rua como lugar de convívio e de sua transformação em mero lugar de passagem, implicando uma forma específica de captação do espaço. Embora o deslocamento em velocidade implique uma quantidade maior de informação por unidade de tempo, trata-se de uma informação muito mais superficial do que a possível de ser experimentada pelo pedestre. Este é capaz de ter uma consciência muito maior dos lugares, de suas diferenças e de seus significados. Devido a sua baixa velocidade, o pe-

destre pode perceber melhor as diferenças nas formas e nas atividades que constituem a complexidade de um lugar. Embora esteja limitado nas possibilidades de inter-relacionar lugares diversos em um curto espaço de tempo, o aprofundamento de que é capaz em cada um deles é muito maior.

É através do percurso a pé que o espaço urbano pode efetivamente se oferecer em toda a sua riqueza, em tudo aquilo que propicia de fruição estética, simbólica, de contatos interpessoais e interculturais, de informações e de intercâmbios de naturezas diversas.

O caminhar no espaço é um fluir, que vai agregando ou fazendo suceder visões à proporção de seu transcorrer. Essas visões, no entanto, não são soltas mas inter-relacionadas em um todo ou uma estrutura que condiciona a percepção de cada uma delas. Em alguns casos essa estruturação do todo pode ser de tal modo que a visualização global do espaço já implique a visualização genérica de cada uma de suas partes. É o caso dos chamados espaços unitários, conformados com grande clareza geométrica e onde o foco básico de interesse está colocado justamente nessa clareza de organização e não nas diversas partes constitutivas do espaço. Em outros casos, a visualização dos diversos elementos do espaço se oferece de modo mais gradual, provocando às vezes o surgimento do inesperado ou do inusitado, sendo a inter-relação das partes desse suceder aquilo que vai conformando a percepção do todo. Pode ocorrer também de, a partir de um elo estruturante claro, geralmente uma via, ir-se completando ou enriquecendo a compreensão do todo pela visualização sucessiva e inter-relacionada das diversas partes que se colocam no seu transcurso.

De todo modo, o percorrer um espaço faz

parte de um processo de interação entre ambiente e usuário, no qual este tende sempre a fixar formas de conhecimento do espaço, através da delimitação de territórios, itinerários, barreiras, pontos de referência, etc., construindo uma certa imagem do ambiente. Na construção dessa imagem concorrem de modo decisivo as características formais de organização do espaço e a série de significados individuais e coletivos nele embutidos.

Assim, certos itinerários e elementos marcantes, conformadores básicos das imagens urbanas, podem ser-lo não apenas por características formais de legibilidade, pregnância ou contraste com outros elementos, mas também por aquilo que representam enquanto signos físicos do passado. As permanências urbanas são percebidas não apenas através da arquitetura, mas também através da persistência dos traçados ou mesmo da persistência dos nomes (de ruas, de lugares, etc.). Conforme destaca Rossi (1982), referindo-se ao enfoque das cidades feito por Marcel Poéte, “as cidades permanecem sobre eixos de desenvolvimento, mantêm a posição de seus traçados, crescem segundo a direção e com o significado de fatos mais antigos que os atuais. Muitas vezes estes fatos permanecem, estão dotados de vitalidade contínua, e às vezes se destroem; fica então a permanência das formas, os signos físicos do locus”. (p. 99)

Nesse sentido, se alguns elementos são fundamentais para a conformação de imagens mais gerais de um lugar ou para a orientação dentro do mesmo – e Lynch (1980) classifica em cinco tipos esses elementos básicos da imagem urbana (vias, limites, bairros, cruzamentos e elementos marcantes) – o caminhar pelo espaço, especialmente se feito de forma descompromissada, é uma experiência muito mais útil, na qual há

uma impregnação de referências temporais, de modos de habitar, de símbolos, enfim, de expressões diferenciadas do fazer e do viver humanos. O caminhar pelo espaço urbano implica, em menor ou maior grau, dependendo da disponibilidade do usuário e das próprias qualidades do espaço, uma impregnação do homem caminhante e observador pela poesia que transpira da própria obra humana. E essa é, sem dúvida, uma das experiências fundamentais para a construção e a vivência daquela matéria urbana de que falávamos anteriormente.

No caminhar pelas ruas o ambiente pode ser mais facilmente percebido enquanto uma organização de significados, que incluem as permanências históricas, os valores de uma cultura, as memórias e associações pessoais e uma certa organização da comunicação e das relações sociais, ou seja, quem comunica com quem, sob que condições, como, quando, onde e em que contexto. Como consequência, as formas, os materiais, os detalhes, as referências simbólicas utilizadas, as relações entre espaço construído e espaço vazio, as passagens entre espaço privado e espaço público, tornam-se elementos importantes para a percepção e compreensão daquela organização. Conforme observa Rapoport (1978), os significados ajudam os elementos a "serem notados" e podem compartilhar-se dentro de um grupo social ou serem significados pessoais, quando se aproximam mais das associações.

A vivência do espaço urbano apresenta, no entanto, dois aspectos importantes: ela é desatenta e é extremamente particular. Benjamin (1980), referindo-se à relação entre usuário e arquitetura, diz que a acolhida de um edifício é feita, basicamente, pela utilização, ou seja, ela faz-se muito menos pela atenção do que pelo hábito, chamando a isso uma acolhida tátil. A

acolhida visual seria uma "tomada de consciência acessória" dessa acolhida tátil. "No tocante à arquitetura, é esse hábito que, em larga escala, determina igualmente a acolhida visual" (p. 26). Esse seria, em relação à arquitetura, o olhar do usuário comum, que a freqüenta em seu cotidiano, devendo ser diferenciado, evidentemente, do olhar do estudioso ou do turista, nos quais tende a predominar a acolhida visual da arquitetura. Essa mesma análise pode ser estendida ao espaço urbano, de forma talvez até mais acentuada. O deslocamento naquele, mesmo o deslocamento a pé, é basicamente desatento, condicionado por alguma finalidade e marcado pelo hábito, o que tende a nos tornar "cegos" para aquilo que nos cerca. Mesmo assim, por mais que não se pense ou que raramente se pense nos significados das formas urbanas, elas agem. De modo imperceptível, como meros referenciais da familiaridade com o lugar, como signos de acolhida ou de distanciamento, como indutores do sonho e do devaneio ou da estranheza e do mal-estar, como chamamento à parada ou ao movimento, as formas urbanas estão sempre agindo, estão sempre acolhendo e sendo acolhidas. E acolhidas de maneira, fundamentalmente, tátil, em meio a uma série de atividades, preocupações, hábitos, estímulos de natureza diversa, burburinho, etc. Não é a toa que, muitas vezes, um espaço percorrido no silêncio da noite, ou em um momento de tranquilidade ou em que se altera o tipo habitual de sua utilização, se nos afigura quase que como um outro espaço, ou um espaço nunca percebido, no qual as formas ganham uma presença e uma expressividade inusitadas.

Por outro lado, a percepção de qualquer ambiente é sempre diferenciada e particularizada, quer por modificações circunstanciais das for-

mas, determinadas por variações na incidência de luz, pela hora do dia, o clima, a época do ano, sons circundantes, alterações de decoração ou de pequenos detalhes, quer por variações nas condições psicológicas e na própria disponibilidade do usuário, sem falar nas diferenças entre os próprios usuários. A percepção e captação de um espaço dependem do tipo de experiência ocorrida ou das finalidades que, fundamentalmente, estão determinando o percurso do espaço.

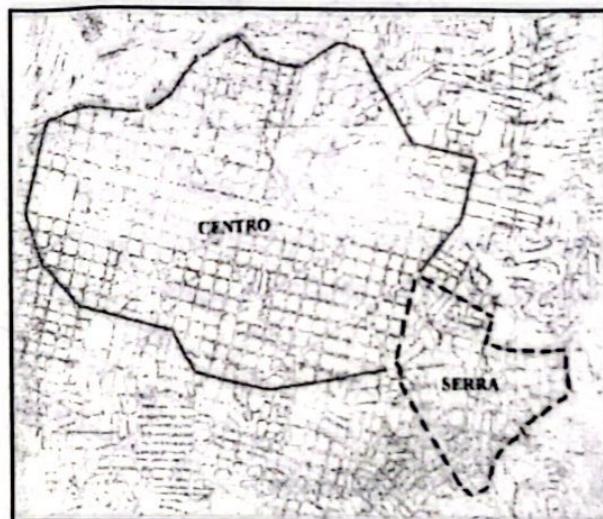
Conforme destaca Rapoport (Ibid.), a percepção do ambiente, ou seja, a passagem do mundo "real" para o mundo percebido, está submetida a uma série de filtros de natureza diversa, tais como: valores culturais, aspirações sociais, motivações individuais, nível de informação ou de conhecimento, etc., além de variações circunstanciais de estado emocional e objetivos momentâneos. Isso vai fazer com que seja muito diferente, de acordo com o usuário, não só o ambiente percebido, mas as próprias valorações que se fazem em relação a esse ambiente.

Dessa forma, é importante ter claro que toda descrição que se faz de um ambiente, inclusive a deste trabalho, é sempre parcial e particular. Está comprometida com as preocupações e idiossincrasias do observador, com seu tempo e sua cultura. De modo algum elas substituem a riqueza da experiência perceptiva direta, do habitar o mundo e freqüentá-lo. O que podem fazer é estimular essa freqüentação e, talvez, torná-la mais rica.

O BAIRRO

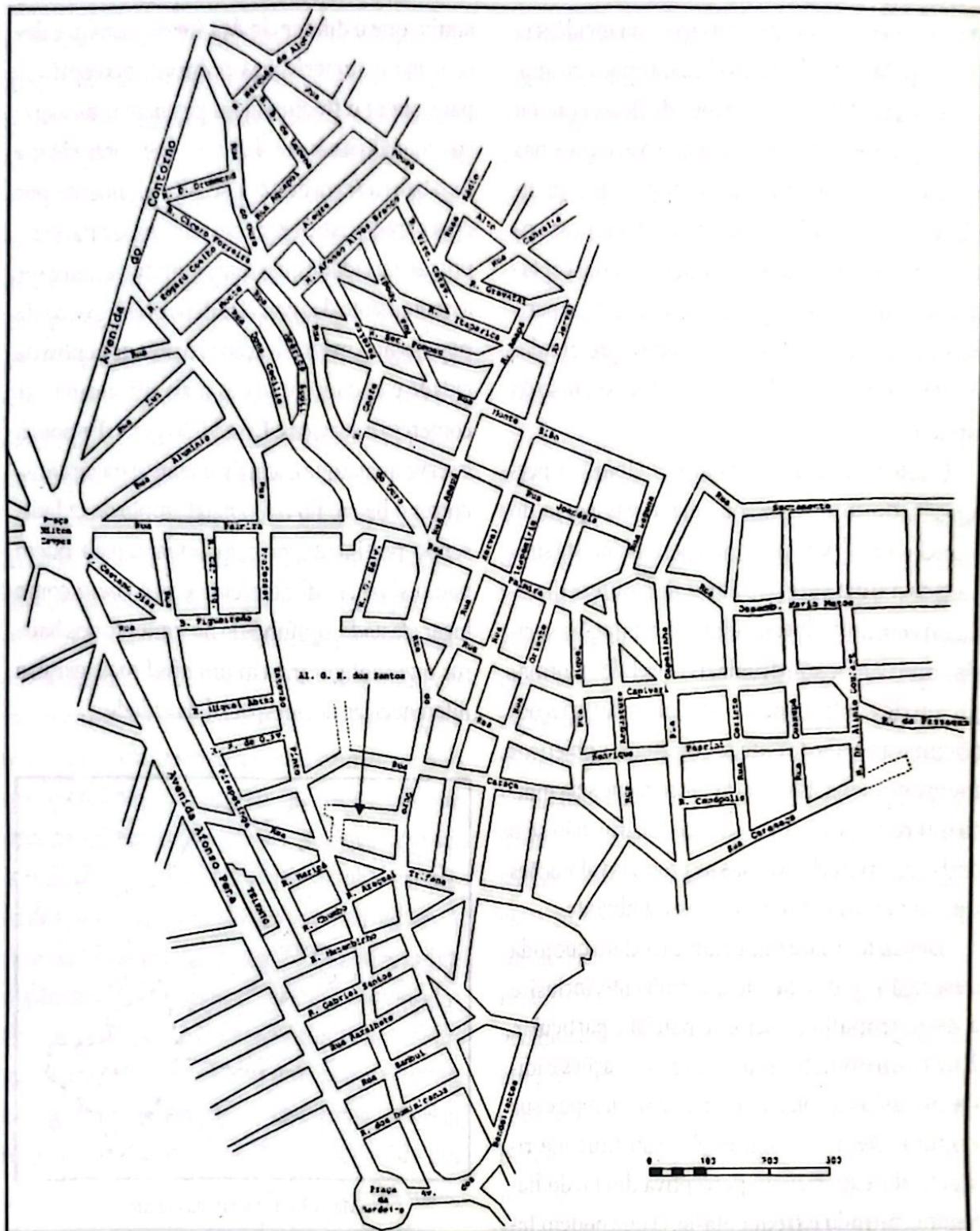
Pensar um bairro é abordar, inicialmente, a sua identidade, o modo específico de ele ser,

aquilo que o diferencia das áreas em volta e determina características próprias, perceptíveis para quem o freqüenta ou percorre seus espaços. Situado na área sul de Belo Horizonte (Mapa 1), o bairro Serra destaca-se, primeiramente, por essa característica e, nesse sentido, faz parte da porção da cidade cuja marca fundamental é ser assentamento das parcelas mais privilegiadas da população, em localização próxima ao centro da cidade e às concentrações mais sofisticadas de comércio e serviços. Essa visão geral diz pouco e serve quase que exclusivamente para circunscrever o bairro no referencial amplo da cidade, sendo pertinente, principalmente, para quem não o vivencia diretamente e percebe-o como lugar afastado, confundido no conjunto dos bairros que configuram, em um nível mais geral, a diferenciação socioespacial da cidade.



Mapa 1 - O bairro na cidade

Na configuração de uma identidade mais específica da Serra concorre, de forma decisiva, a relação com o sítio natural, determinante de sua própria denominação, em função da ocupação das áreas contíguas à serra do Curral. Esse alinhamento montanhoso, marco paisagístico da cidade, colocado como emolduramento do



Mapa 2 - O bairro

eixo monumental da Av. Afonso Pena, principal estruturante viário e simbólico da cidade no plano de Aarão Reis, marca a imagem do bairro.

Fazendo parte, no plano original da cidade, da chamada Área Suburbana, que envolvia a

Área Urbana delimitada pela Av. do Contorno, e abrangendo parte de duas seções suburbanas (a primeira e segunda), a ocupação inicial desse trecho da cidade representava a aproximação ao grande complexo montanhoso aos pés do qual a mesma se desenvolvia. Inicialmente, a serra

do Curral era um elemento visualmente importante mas relativamente distante, cuja aproximação dependia de incursões mais ou menos aventuroosas. Era através dos caminhos do bairro Serra que essas incursões se davam. Ruas como a do Chumbo (atual Estêvão Pinto), do Ouro, Pirapetinga, Caraça, Palmira eram os acessos principais que, para além da Av. do Contorno, dirigiam-se em direção à Serra do Curral. A continuidade da Av. Afonso Pena só viria a se dar muito depois, na segunda metade da década de 60, em função, principalmente, da implantação do bairro Mangabeiras.

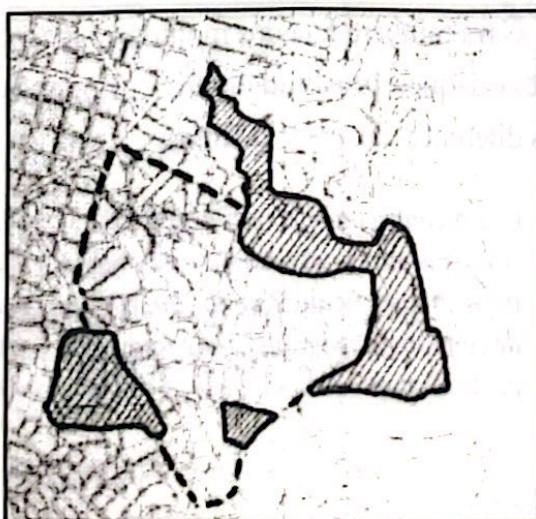
A ocupação inicial da Serra foi marcada, por um lado, por grandes terrenos, as chamadas chácaras, dispostas ao longo de seus caminhos principais e progressivamente subdivididas ou parceladas no processo de desenvolvimento do bairro. Por outro lado, pela formação de diversos assentamentos favelados, que começam a constituir-se já desde a década de 20 e nos anos 60 estão consolidados em três concentrações (Mapa 3): o complexo da favela da Serra, nas áreas mais altas e de topografia mais acidentada a leste/nordeste do bairro; a favela do Pen-

dura Saia, ao sul da Praça Milton Campos, entre esta, a Rua Pirapetinga e a Rua Albita, situada em sua maior parte no atual bairro Cruzeiro; e a favela ao final da Rua Trifana, entre esta e a atual Av. Bandeirantes. Essa última favela desapareceu completamente, sendo seus terrenos doados para o Minas Tênis Clube. Da favela do Pendura Saia restam apenas três pequenos trechos, tendo sido o restante erradicado para a abertura da continuidade da Avenida Afonso Pena e para uma urbanização elitizadora que destinou boa parte da área para instituições públicas e privadas (Mercado Distrital do Cruzeiro, Esporte Clube Ginástico, Fundação Mineira de Educação e Cultura – FUMEC, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Companhia de Distritos Industriais – CDI-MG, Ministério de Agricultura e Reforma Agrária – INCRA, Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB-MG, entre outros). Permanece o grande complexo da favela da Serra.

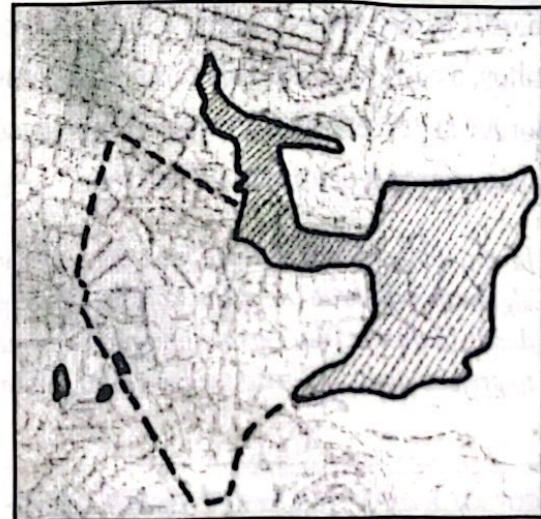
Assim, desde o início da constituição do bairro se estabelece uma proximidade entre formas de ocupação e estratos sociais bastante di-

Mapa 3 – Favelas

Situação na década de 50



Situação atual



ferenciados. As chácaras, desenvolvendo-se principalmente ao longo das ruas do Chumbo e do Ouro, sobrevivem durante mais tempo nessa faixa entre a Rua do Ouro e a atual Av. Afonso Pena. Os primeiros parcelamentos do solo, ainda na década de 20, ocorrem nas áreas mais próximas da Av. do Contorno e a leste da Rua do Ouro, ao longo de vias já existentes, como a Palma e a Caraça, ou conformando novos eixos de penetração transversais ao binômio Ouro/ Chumbo, notadamente a Rua Capivari. Esses novos parcelamentos facilitam o desenvolvimento dos assentamentos favelados em suas bordas e são condicionados por eles.

História e lugar

Pedro Nava, em suas memórias, fala do bairro em que morou na década de 20 e refere-se à sua ocupação esparsa, à presença dos grandes quintais, aos caminhos ermos, às casas referenciadas às famílias que as habitavam, em um tipo de vida permeado pelas relações pessoais e pelo conhecimento mútuo dos habitantes do bairro. Em uma descrição, que é memória particular mas ganha ressonância de memória coletiva, refaz a série de referências morfológicas e sociais que marcaram sua vivência naquele pedaço da cidade: detalhes de construções, pontos do bonde, as famílias e suas casas, os postes de iluminação, os diversos córregos, a forma dos caminhos, o comércio, etc. Fala também dos moradores e aí percebe-se a diversidade que, desde o início, marca a ocupação do bairro.

Já em 1900, aparecem como moradores efetivos alguns membros da Comissão Construtora da cidade: Adalberto Dias Ferraz, advogado e primeiro prefeito de Belo Horizonte; Bernardo Joaquim

de Figueiredo, engenheiro, que, entre outras atividades, orientou a arborização da capital; Edgar Nascentes Coelho, arquiteto; Cícero Ferreira, médico e Primeiro Diretor de Higiene da Prefeitura; Manoel Gomes Pereira; José d'Ávila Goulart, empreiteiro de calçamento de paralelepípedos, poliedros e macadam e proprietário de uma fábrica de manilhas localizada na Serra; e Estêvão Pinto, advogado, Diretor Presidente do Banco Hipotecário e Secretário do Estado do Interior, nos governos de Bueno Brandão e Wenceslau Braz, entre 1908 e 1910. (Werneck, 1992, p. 15)

Ganhava-se a Serra – nesse tempo serra virgem – pela rua Cláudio Manoel e depois, Chumbo. Aí o bairro começava a tomar seu caráter. À esquerda as casas do Dr. Cícero (azul, dentro da mata) e a do Desembargador Siriri (verde, dentro da mata). Ainda à esquerda, a touceira de bambus e os atalhos que seriam a Rua Bernardo Figueiredo. Logo depois, à direita, a fachada fechada dos Goulart. Outro pulo para defronte e começavam os muros e as colunetas da chácara do Estevinho. No Ponto do Bonde, olhando o nascente, viam-se, no meio da copa das mangueiras, os telhados e as vidraças dos Gomes Pereira e olhando o poente, mais mangueiras, toda uma densa aléia de mangueiras e, no fundo, a casa de D. Carolina. Ainda havia continuação de rua até em frente ao sobrado branco e misterioso do Dr. Aleixo, mas daí para diante eram atalhos abertos entre matagais e barrancos, cheios de poeira nas secas, cheios de lama nas águas, passando defronte do Zé Rizzo, do Seu Abras, da bodega do Albertino e chegando finalmente às veredas que configurariam, com o tempo, a Rua Caraça. (Nava, 1976, p. 138)

Nava também fala dos moradores mais pobres e daquela proximidade entre estratos sociais diferentes de que falávamos:

(...) o conhecimento com a gente da Serra instruiu-me muito sobre o modo de conviver com os mais simples estabelecendo com eles um gênero de comunicação igualitária e respeitosa. Grande parte da população do pedaço de bairro onde o

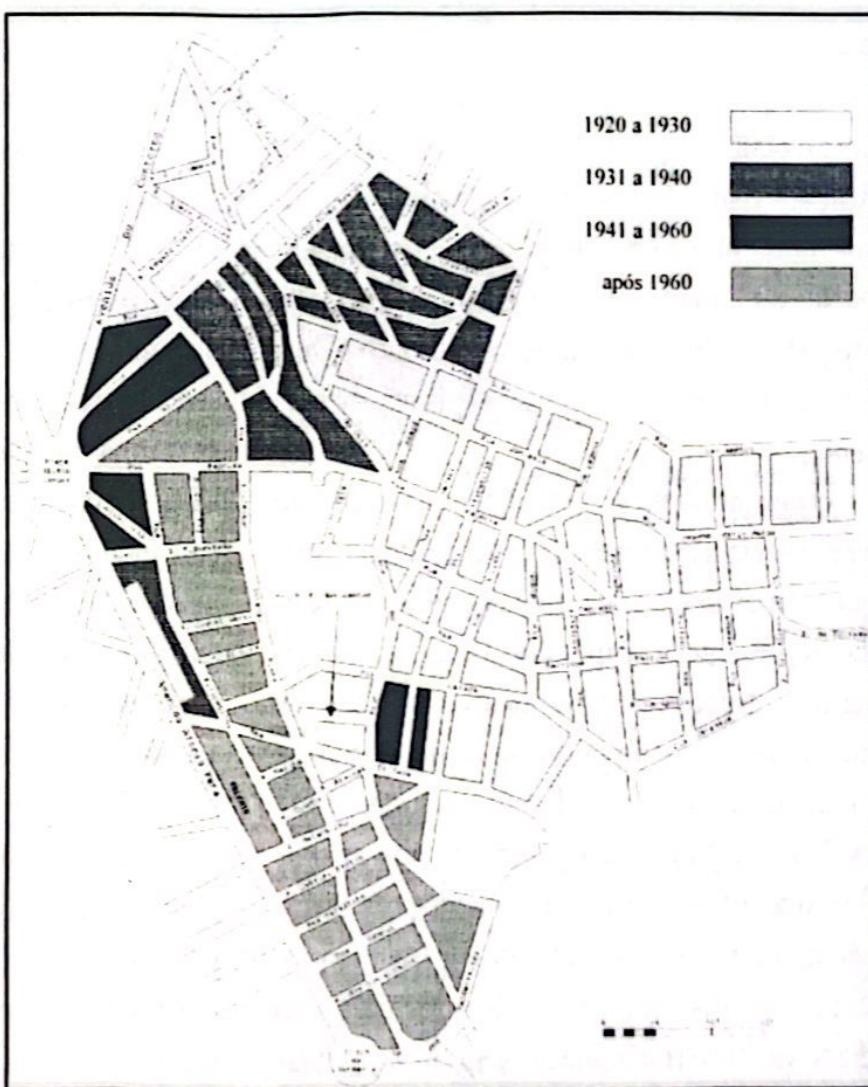
¹ Referência ao avô de Pedro Nava e à casa onde moravam, na Rua Caraça, 72.

Major construía sua casa¹ era composta de dois gêneros de habitantes. As aves de arribação, proletários em constante substituição, demorando pouco, indo para a Floresta, o Calafate, o Carlos Prates, a Lagoinha – tangidos pela insegurança que faz o nomadismo de sua classe e leva-a de bairro em bairro, cidade a cidade, Estado a Estado na procura de salário melhor... Mas havia também a gente fixada a seu bairro pela posse terreal – a de que acabo de dar exemplos com os nomes. Eram geralmente antigos operários da fundação ou seus filhos, que o governo quisera tungar pagando seu trabalho com terras sem valor e que de repente subiam de estado com a valorização geométrica do que tinham recebido como tutu-e-meia. Tinham assim começado sua escalada nas encostas da classe média. Ainda longe da crista, mas a caminho. A vizinhança de bairro desses pequenos donos de seus terrenos criara convivências, amizades, compadrios, namoros, casamentos – passando por cima das cores – porque o brasileiro pobre não é racista. Só o rico discrimina, para se dar ao luxo de ficar mais branco. (Nava, Ibid., p. 286)

Dessas descrições é possível recompor toda uma geografia física e humana que sobrevive apenas nas memórias fragmentadas dos mais velhos, a imagem de um bairro que já não existe mas que, em alguma medida, persiste. De que maneira persiste? E para que servem essas descrições do passado, esse registro de uma memória particular, se o que se coloca em nossa experiência atual do bairro é tão distante do descrito?

Há a importância de situ-

ar uma certa história do espaço, as referências geográficas genéricas de sua formação, o saber que até a década de 20 o bairro ia só até o quarteirão formado por Ouro, Palmira, Chumbo e Caraça e que a partir daí vinham os caminhos para a serra do Curral, as trilhas que levavam ao bosque da Caixa de Areia, ao pico, as veredas que subiam até à serra. O saber que a partir dos anos 20 e 30 começam a ser parcelados os terrenos a leste da Rua do Ouro, em direção ao que, nas partes mais altas, viria a ser a favela da Serra e que só bem mais tarde, a partir dos anos 50 e 60, são parceladas as áreas mais ao sul do bairro, para além da Rua Trifana (Mapa 4). Tudo isso conforma um referencial, que nos situa melhor frente aos diversos tipos de edificações e de ocu-



Mapa 4 – Evolução dos parcelamentos do solo

pação hoje existentes, e nos ajuda a compreender mais claramente as diversas porções em que se subdivide o bairro.

Por outro lado, esses fragmentos de memórias particulares vão dando conteúdo a certas persistências do passado às vezes despercebidas ou só difusamente percebidas: os nomes das ruas, tão referenciados, no caso da Serra, à prática primeira de utilizar a nomenclatura dos minerais ou a antigos moradores do bairro; o traçado das ruas e seu sentido estruturador das ligações do bairro e deste com a cidade: a misteriosa densidade que faz com que ao se falar, por exemplo, Rua do Ouro se refaça o sentido do velho caminho que serpenteava da Av. do Contorno em direção à serra do Curral, e que cada rua não seja só um caminho, mas uma densidade de história, um *locus*, um desenho e um espaço que é mais antigo que as edificações que hoje o ocupam; por fim, a persistência das edificações e suas formas, sobreviventes de diversos momentos e circunstâncias sociais da ocupação do bairro, convivendo com a dinâmica atual da produção e utilização do espaço e conformando com elas a síntese provisória do presente.

O pensar o que o bairro já foi, sua formação e referenciais físicos e sociais alimenta ou enriquece uma afetividade, uma ligação, que é tecida no presente, na experiência cotidiana de viver seus espaços ou de ter neles o ambiente de nossas vidas. Assim se fazem as memórias de cada um e as descrições de outros tempos, como as de Pedro Nava, incorporam em nós, apenas de modo difuso, um passado vivido por outros. São memórias e, como tal, feitas de fragmentos, de pedaços dispersos, de retalhos de vida. Como diz Nava, “Belo Horizonte me vem em vagas. Elas me atiram para lá e para cá, a este, àquele, a cada

recanto da cidade e da nossa Serra” (Nava, Ibid., p. 287). O contato com essas memórias de outros enriquece de referências os lugares conhecidos. Faz com que a vivência presente seja recheada de um imaginário que, de certa forma, dá maior substância à presença de um passado apenas entrevisto na permanência das formas, dos nomes, dos caminhos. Porém, mais do que tudo, induz ao desabrochar de nossas próprias lembranças, à valorização do substrato que nos liga aos lugares.

De que servem esses registros da memória? Não é dotar-nos de um passado particular, já que esse é feito de nossas próprias vivências, mas é, de um lado, situar a provisoriação do presente e, de outro, propiciar, para quem viveu aquele tempo, o aflorar de lembranças submersas e, quando isso não é possível, quando nosso tempo é outro tempo, é fazer desabrochar nossas memórias e saber que outras vivências povaram os lugares onde elas se desenrolam. É fazer lembrar que a vida não se faz só no agora.

Vivemos no presente. A memória é matéria do passado viva no presente. Ela não se presta a ser engessada em fatos fixos, tornados história para uma coletividade. Hoje, como já dissemos, há uma tendência de transformar a memória em “memória histórica”, enrijecendo-a como fixação da identidade de um grupo. A história tem que ser escrita e reescrita, nas múltiplas visões que enseja, sob um ponto de vista crítico acerca da formação de uma coletividade. Mas tem que se diferenciar da memória, embora dela se alimente, enquanto coisa ligada ao vivido, riqueza particular, às vezes compartida, mas sempre matizada por aspectos diferentes para cada um. Como diz Nava, a memória é um curso subterrâneo que “aflora às vezes em sonhos ora brandos, ora duros – geralmente duros. Flui re-



Foto 1 – Vista do bairro da Serra a partir do bairro Mangabeiras



Foto 2 – Bairro e favela vistos da Rua Dr. Alípio Goulart

fletindo no seu bojo líquido nuvens e estrelas que ficaram: impressões do aparentemente esquecido mas incorporado para sempre". (Nava, *Ibid.*, p. 56)

É desse fazer constante, que para a maioria das pessoas se dá sem informação sobre um tempo que extravasa o de suas próprias vidas, ou seja, sobre um passado mais distante, que se tece a afetividade pelos lugares e suas formas e que a identidade desses, mais do que identidade histórica, faz-se substrato de vida, detonadora das lembranças, receptáculo da memória.

Identidade geral

Para além dessa ligação afetiva com o lugar, que conforma a identidade mais profunda do bairro, porque embasada na memória e no espaço como lugar da vida cotidiana, a delimitação da Serra como singularidade na cidade é facilitada pela clareza de seus limites. Envolvida pelas avenidas do Contorno, Afonso Pena e Bandeirantes, esses eixos, estruturando o acesso a porções maiores da cidade, separam claramente a Serra dos outros bairros que lhe são contíguos: o Funcionários, do outro lado da Av. do Contorno, com uma regularidade de traçado e um padrão de vias e de ocupação característicos da zona urbana original do plano de Aarão Reis; o Cruzeiro e o Anchieta, do outro lado da Av. Afonso Pena, com arruamento

semelhante ao da Serra, às vezes inclusive com continuidade na nomenclatura das vias, mas com declividades mais acentuadas e com maior presença de uma ocupação verticalizada de média altura; o Mangabeiras, com diferenciação clara em função da homogeneidade de uma ocupação unifamiliar mais recente e ostentatória.

A própria ocupação ao longo daqueles eixos, especialmente da Afonso Pena e Contorno, onde começam a predominar os grandes prédios de escritórios e um comércio e serviços com maior raio de atendimento, aliada ao porte dessas

vias, reforçam a separação da Serra e a percepção de sua delimitação enquanto um bairro claramente configurado.

Apenas em relação ao São Lucas a delimitação da Serra não é tão clara, conformando a idéia de uma transição entre os dois bairros, que apresentam, nesse trecho, padrões de ocupação e traçado viário bastante semelhantes. Mesmo assim, há uma clara separação topográfica entre eles. A Rua Pouso Alto, dividindo as duas vertentes da encosta na qual se desenvolve, configura um elemento de delimitação entre os bairros.

O aglomerado da favela da Serra, com suas diversas subdivisões internas (Vila Marçola, Vila N. Sra. Aparecida, Vila Cafetal, Vila N. Sra. de Fátima e Vila N. Sra. da Conceição), envolve a Leste e Nordeste tanto a Serra como o São Lucas. E, embora se situe em continuidade com esses bairros, a marcada diferença no tipo de ocupação estabelece delimitações físicas e sociais bastante claras e, em boa medida, conflituosas (Foto 2).

A partir dos eixos viários principais que a contornam, as entradas no bairro se dão por estreitamentos espaciais, através de uma série de vias que desembocam naqueles eixos. Nessas transições se configuram passagens, muitas vezes abruptas, entre um ambiente agitado, dominado por velocidades maiores e com ocupação de grande porte, e outro, o do bairro, onde há uma desaceleração dos ritmos e um recolhimento e intimismo maiores do espaço (Foto 3). Ocorre, em geral, a passagem do extrovertido para o introvertido, do burburinho para a cal-

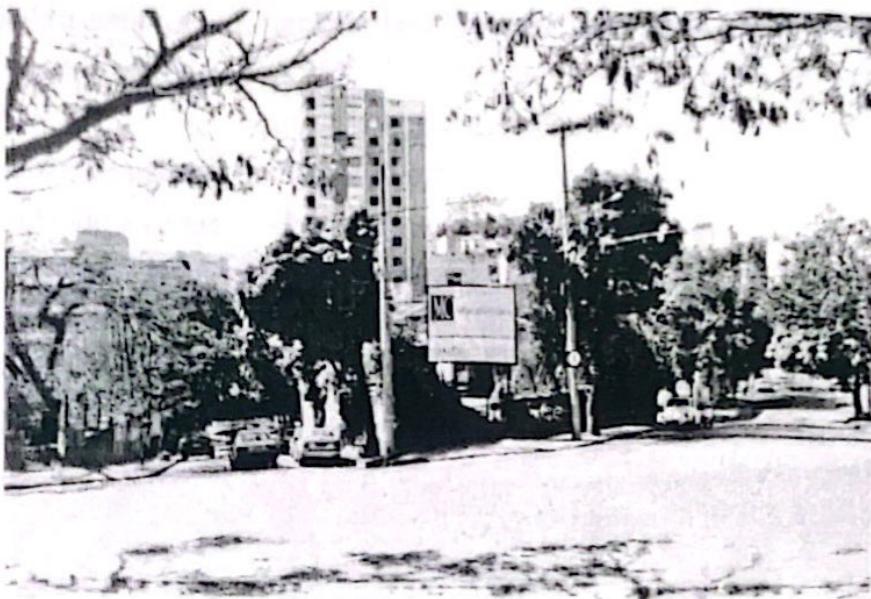


Foto 3 – Entradas no bairro a partir da Av. do Contorno para as ruas Desembargador Drummond e Cícero Ferreira

ma, do aberto para o fechado, configurando, de certa forma, a vivência de uma graduação da experiência de passagem do público ao privado, como se do mais francamente público (o grande eixo viário e comercial) se passasse para um público mais restrito (a rua do bairro) e deste para o propriamente privado (a casa), podendo a mesma experiência ser pensada em sentido inverso, do mais privado para o mais público.

Os acessos principais do bairro são as duas vias que o cortam longitudinalmente, desenvolvendo-se aproximadamente no sentido Norte/Sul, e que desde o início estruturaram sua ocupação: a Rua do Ouro e a Rua Estêvão Pinto (antiga Rua do Chumbo). A partir delas se desenvolvem acessos transversais ao interior do bairro, sendo os mais importantes os que estruturaram a ocupação a leste da Rua do Ouro e a articulação Leste/Oeste do bairro, notadamente as ruas Palmira, Capivari, Caraça e Trifana. Configura-se assim uma estruturação de limites e caminhos e uma conformação de duas grandes porções do bairro (a de desenvolvimento Norte/Sul e a de desenvolvimento Leste) conforme mostra a Fig. 1.



Foto 4 – Esquina da Rua do Ouro, Rua Pouso Alto e Av. do Contorno:
a entrada principal da Serra

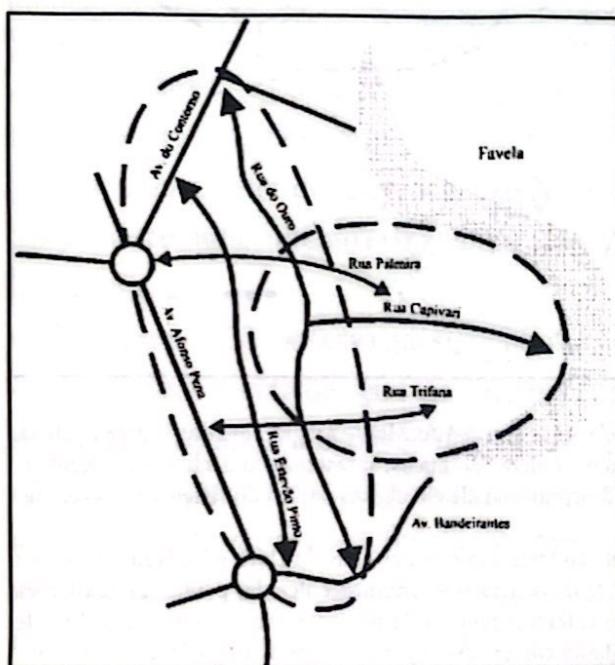


Figura 1

A entrada principal do bairro é a da Rua do Ouro, a partir do nó viário formado por ela, pelas avenidas Getúlio Vargas e Contorno e pela Rua Aimorés, conformando uma confluência de caminhos a partir da qual se entra na Serra. Esse espaço é marcado visualmente, não só por seu caráter de convergência, mas também pela presença de algumas edificações, notadamente a Vila Rizza, hoje infelizmente uma ruína que, colocada estrategicamente na confluência das ruas

do Ouro e Pouso Alto e voltada para a Av. do Contorno, pontua e identifica a entrada do bairro (Foto 4).

A configuração dos caminhos da Serra, a força de seus nomes, aliados à clareza de delimitação do bairro, são elementos preponderantes para a identidade mais geral do mesmo. Além disso, essa imagem global se conforma também por uma somatória de imagens parceladas de

seus espaços que configuram uma certa síntese mental genérica capaz de identificar e diferenciar aquela porção de espaço enquanto um lugar na cidade. Os marcos arquitetônicos e a riqueza das situações espaciais se oferecem mais intensamente à medida que se estreita o contato com o bairro. Alguns elementos, importantes como marcos de referência interna da Serra, como o Colégio Sagrado Coração de Maria, as igrejas de Santana e São João Evangelista, o antigo Convento dos Dominicanos, o Hospital Evangélico, o Clube Olímpico e, mais recentemente, o Minas Tênis Clube, não se configuram, no entanto, como símbolos do bairro, como elementos que por si só representam a Serra. É na somatória das sutilezas da ocupação, na diversidade das situações espaciais, naquilo que se oferece apenas a quem mais de perto vivencia seus espaços, que se aprofunda uma identidade apenas entrevista genericamente pelo usuário eventual ou de passagem.

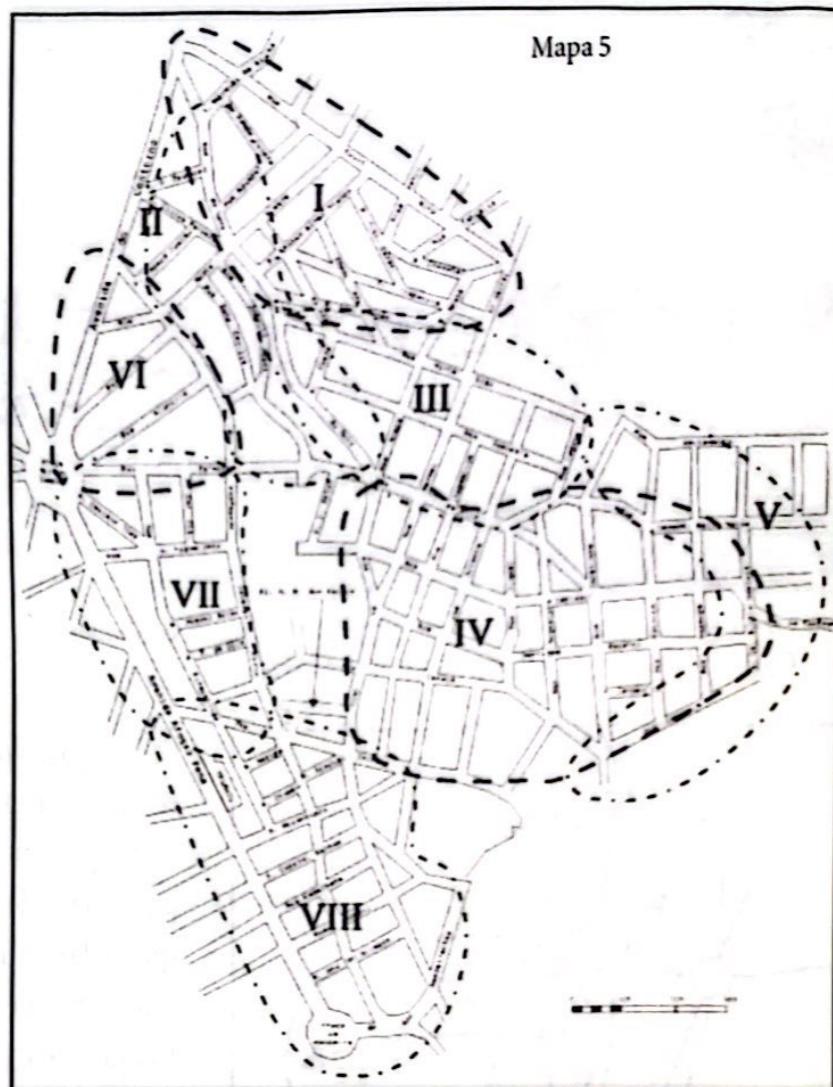
A partir da estruturação mais geral de seus caminhos, dos condicionantes topográficos e das marcas e diferenciações decorrentes de seu processo de formação, é possível perceber na

Serra alguns territórios diferenciados, sem delimitações muito claras, mas conformando porções de bairro com particularidades de ocupação, de articulação de acessos, de tipologias arquitetônicas, etc. O Mapa 5 sintetiza essas diferenciações internas.

AS RUAS

Conforme visto anteriormente, há uma grande importância da permanência dos caminhos e dos nomes como elementos de sustentação de uma certa densidade histórica dos lugares. É também a partir deles, do percurso mais ou menos atento através dos mesmos, que se vão oferecendo à nossa visão as diversas situações e formas que no transcurso do tempo foram-se agregando de modo mais ou menos harmônico e conformando essa espécie de colagem de que é feita a cidade. As ruas e, de um modo geral, os espaços públicos abertos são os lugares por excelência a partir dos quais a diversidade urbana se oferece em tudo que ela possui de acúmulo de tempos, de representações sociais, de possibilidades de convívio e de contato com as diferenças.

A percepção do espaço con-



Mapa 5

- I Área estruturada pelas ruas Pouso Alto, Monte Alegre, Senador Pompeu e Ouro, em continuidade com o bairro São Lucas, apresentando declividades acentuadas, o que provoca descontinuidade em alguns pontos do sistema viário em relação à área III.
- II Área correspondente ao trecho inicial das ruas do Ouro e Estêvão Pinto, com significativa presença de edificações remanescentes das primeiras ocupações do bairro, sendo no entanto, pressionada por processos de verticalização e de ocupação por atividades comerciais, especialmente ao longo da Rua do Ouro.
- III Área estruturada pelas ruas Monte Sião, Joanésia e Palmira, mesclando edificações de diversos períodos do bairro e com declividades mais acentuadas nos trechos a leste, onde se limita com a favela.
- IV Área estruturada principalmente pelas ruas Palmira, Capivari, Henrique Passini e Caraça, com grande diversidade de tipologias arquitetônicas e situações urbanas e grande pressão de verticalização da ocupação.
- V Continuidade da área IV, mais diretamente afetada nos padrões de ocupação, nos tipos de uso e na conformação visual do espaço pela proximidade à favela, com a qual faz limite.
- VI Área com relativa homogeneidade de ocupação unifamiliar, característica dos anos 50 e 60, desenvolvendo-se entre as ruas Estêvão Pinto, Palmira e Av. do Contorno/Praça Milton Campos.
- VII Área intermediária no desenvolvimento Norte/Sul do bairro, estruturada pelas ruas Estevão Pinto e Pirapetinga, com tipologias arquitetônicas diversificadas e tendência à verticalização da ocupação.
- VIII Área correspondente ao trecho final, predominantemente residencial, das ruas do Ouro e Estevão Pinto, apresentando até recentemente sensível homogeneidade de ocupação unifamiliar característica dos anos 50 e 60, porém com forte tendência atual para a verticalização multifamiliar.

formado pelas ruas se dá, em geral, de forma seqüencial, já que, com exceção dos espaços que explicitamente se organizam de maneira unitária e nos quais se oferece imediatamente a visualização da unidade do todo, a percepção vai desenvolvendo-se por porções do espaço que se articulam em um todo mais ou menos homogêneo. Nessa percepção alguns elementos ganham destaque por atributos de sua localização ou de sua forma, por seus usos ou meramente por aspectos de referência particular de cada observador. Desse modo, a cognição de um espaço ou a imagem mental do mesmo são feitas não através de uma apreensão de todos os seus elementos, mas por um processo seletivo no qual determinadas edificações, arranjos espaciais ou mesmo a arborização e o mobiliário urbano passam a ter caráter de referência e de fatores básicos de reconhecimento e de identificação do lugar.

Rapoport (1978) observa que o conhecimento das pessoas acerca de seu meio depende de sua atuação, comportamento e implicação nele. Assim, a percepção e o conhecimento de um lugar é bastante variável em função do envolvimento e dos interesses que o observador tem nele e áreas que não representam para o usuário nenhuma implicação sensorial ou ativa podem não ser compreendidas ou mesmo conhecidas. A partir daí, na imagem que se forma de um lugar, são mais presentes os elementos que estão relacionados a alguma "atividade vital", pelo que, por exemplo, as lojas tendem a ser recordadas com maior facilidade que os edifícios.

As ruas da Serra, a partir das peculiaridades da formação do bairro, de sua diversidade social e dos diversos interesses envolvidos em sua ocupação, conformam situações urbanas bastante diversificadas, em um processo contí-

nuo de transformação que, se nos últimos anos tem acelerado, às vezes de maneira precoce, a substituição das formas de ocupação residencial unifamiliar advindas de períodos anteriores por uma ocupação multifamiliar acentuadamente verticalizada, tem-se caracterizado também por uma presença ainda significativa de exemplares de diversas épocas, mantendo os usos originais ou sendo reapropriados para outros usos, notadamente o comércio e os serviços. Desse modo, o bairro vem apresentando uma vitalidade e uma ainda significativa permanência das formas arquitetônicas, em que pesa a grande destruição da arquitetura residencial original em face dos interesses imobiliários decorrentes da valorização do bairro no contexto da cidade e da permissividade da legislação no sentido de uma ocupação mais intensa do mesmo.

Nesse processo, além da irreparável perda de referenciais da memória particular e coletiva, têm-se gerado diversos conflitos decorrentes da proximidade de formas arquitetônicas totalmente dispareces, em prejuízo, em geral, da ocupação mais antiga. Além dessa dinâmica do processo de ocupação do bairro, gerando a convivência de tipologias arquitetônicas bastante diferenciadas, concorrem também para a conformação da imagem das ruas o próprio padrão geral de organização do traçado viário, a relação com a topografia e a paisagem circundante e também o papel da arborização e de outros elementos colocados no espaço, como sinalizações, postes de iluminação, fiação e mobiliário urbano em geral. Isso sem falar da presença humana, quer diretamente, enquanto pedestre e usuário das atividades voltadas para a rua, quer através do tráfego de veículos e dos diversos signos circunstanciais ou permanentes da

atividade humana.

Se pensamos na disposição geral do traçado das ruas da Serra, este decorreu da agregação de diversos parcelamentos do solo que privilegiaram a disposição em ruas ortogonais, aproximando-se, em geral, do chamado "tabuleiro de xadrez", e gerando um desenvolvimento retilíneo das ruas, às vezes quebradas em um ou mais segmentos correspondentes à junção de parcelamentos diferenciados. As exceções são as ruas mais antigas do bairro, como Ouro, Estevão Pinto e Caraça que se desenvolvem de forma sinuosa.

O caráter retilíneo das ruas ou dos segmentos de ruas não gera no entanto uma imagem unitária do espaço. Isso devido, basicamente, à desigualdade das edificações em termos de forma e disposição no terreno, que impede a percepção de uniformidade e coesão dos conjuntos urbanos, bem como à relação com a topografia e ao papel desempenhado pela arborização.

Topografia e arborização

Na visualização da perspectiva geral do espaço das ruas a arborização é, em geral, o elemento dominante, contribuindo, inclusive, para gerar uma certa unidade dos conjuntos na medida em que amortece visualmente o efeito de disparidade formal entre as diversas edificações. Em trechos onde a arboriza-



Foto 5 – Rua Visconde de Caravelas: o efeito direcional e rítmico da seqüência da arborização da via

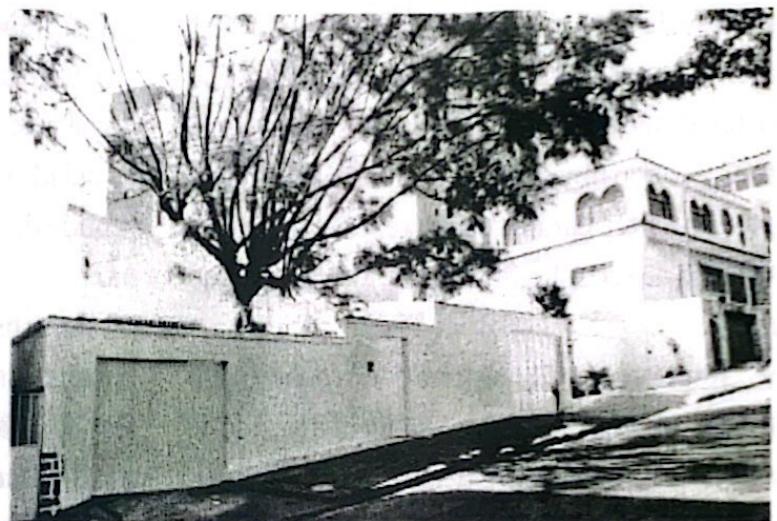


Foto 6 – Rua do Ouro 1.701/1.709: a poética da árvore oferecida à rua, em contraposição delicada com o casario branco



Foto 7 – Rua Juanésia 225 e 241: os volumes destacados pela ocupação escalonada e harmonicamente relacionados

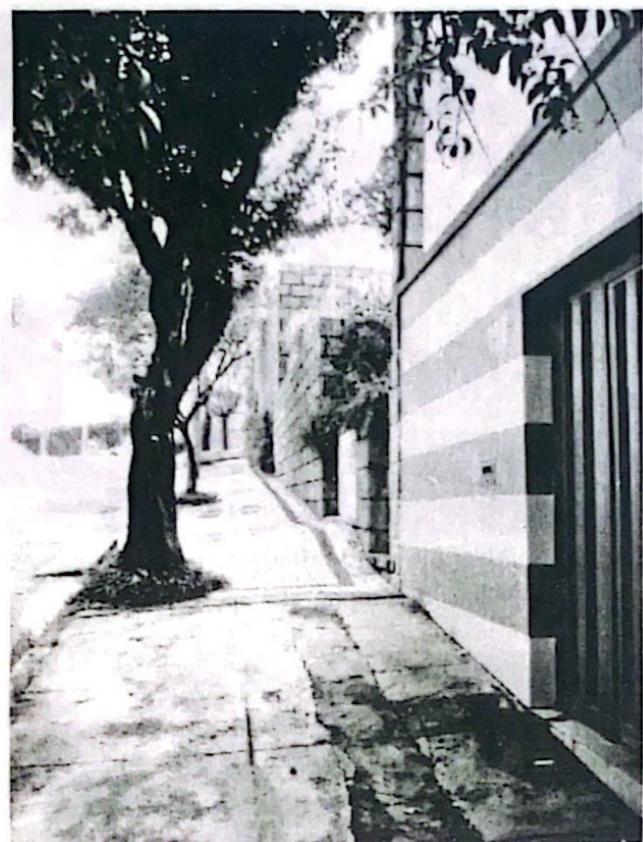


Foto 8 – Rua Iguapeí: a sucessão de paredões gerada pela implantação mais elevada das casas

ção das vias públicas inexiste ou é precária, ou em épocas de poda das árvores, revela-se de modo evidente a “colcha de retalhos” de que são constituídos os conjuntos edificados urbanos. A arborização tem assim um papel fundamental não só do ponto de vista do microclima, do sombreamento e do aconchego, mas também de uma melhor configuração visual do espaço (Fotos 5 e 6).

Além disso, a presença das árvores no espaço urbano alimenta os devaneios do desabrochar, do crescer, do contínuo refazer da vida, e suas alterações ao longo das estações do ano, além de marcarem o espaço na beleza passageira das florações, lembram sempre esse transcorrer cíclico da vida.

Com relação ao efeito da topografia na conformação das imagens do espaço, ao longo das ruas íngremes ocorre uma ocupação escalonada, na qual os diversos volumes arquitetônicos

tendem a destacar-se visualmente na perspectiva geral do conjunto da rua, especialmente se existir alguma uniformidade na altura das edificações e, quando observados frontalmente, os volumes tendem a ter acentuada sua individualidade, em função mesmo da disposição escalonada, rompendo-se na seqüência das edificações a continuidade das linhas horizontais, contrapostas agora às linhas inclinadas do passeio (Foto 7). Isso gera um grande dinamismo e movimento na relação entre os objetos da cena urbana e na visualização do conjunto, podendo no entanto acentuar a incompatibilidade e conflito formal entre os diversos edifícios, na medida mesmo em que tende a destacá-los.

Nas ruas que se desenvolvem na meia encosta, seguindo aproximadamente a mesma curva de nível, a ocupação em um dos lados da rua tende a se dar em um nível mais elevado, conformando seqüências de paredões correspondentes aos arrimos dos terrenos (Foto 8), enquanto do outro lado a ocupação se desenvolve ao nível da rua ou a um nível mais baixo. Costuma ocorrer nesse lado da rua o descortíño, em alguns pontos, de uma paisagem mais ampla, especialmente se a rua apresenta alguma inclinação. É o caso, por exemplo, da Rua Afonso Alves Branco (Foto 9) e da Rua Senador Pompeu (Foto 10), entre outras.

Nas ruas íngremes que se desenvolvem ao longo das encostas, além do efeito de escalonamento, tende a ocorrer nas descidas o descortíño de amplas paisagens do entorno. É o que ocorre, por exemplo, na Rua Pouso Alto, a partir da qual se abre uma ampla visualização da cidade (Foto 11). Significativo também é o caso da Rua Dr. Alípio Goulart, a partir da qual se oferece de forma clara a visão geral da contraposição bairro/favela (Foto 2), além de outras,

como as ruas Monte Sião, Oriente, Laguna e Corinto (Foto 12).

De forma mais ampla ou mais restrita, a diversidade desses visuais representa uma fonte de grande prazer no caminhar pelas ruas do bairro, à medida, inclusive, que operam uma contraposição entre fechamento e expansão do espaço e pontuam o percurso da rua com trechos de abertura espacial que rompem a monotonia seqüencial das edificações.

A presença de declividades de terreno acentuadas em alguns trechos do bairro, notadamente na área entre as ruas Itaparica, Senador Pompeu e Monte Sião, faz com que a ligação entre algumas ruas seja feita através de escadarias, gerando ruas sem saída com agradável efeito de fechamento espacial, como nas ruas Apodi, Amapá, Visconde de Caravelas e Itapemirim.

Edificação e rua

Na maioria das situações, no entanto, o que é mais significativo no caminhar ao longo das ruas é a visualização variada das edificações que conformam e, de modo mais ou menos claro, delimitam o espaço das ruas. Nessa percepção dos conjuntos edificados e de cada edificação inserida nos mesmos e, portanto, em relação permanente com o entorno, ressalta a enorme variedade e discrepancia entre elas, fruto da agregação de modos diferenciados



Foto 9 – Rua Afonso Alves Branco: a visualização da cidade propiciada pela topografia



Foto 10 – Rua Senador Pompeu, esquina de Apodi: a variedade desordenada da ocupação evidenciada nas áreas de encosta

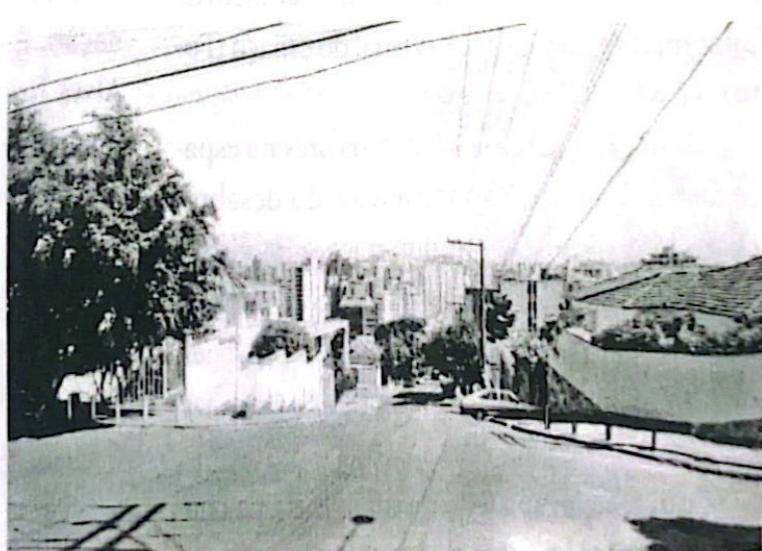


Foto 11 – O descortínio de paisagem da cidade a partir da Rua Pouso Alto



Foto 12 - Vista do bairro a partir do alto da Rua Oriente



Foto 13 - Rua Estevão Pinto 600: a casa, sitiada pela ocupação recente e sua relação estreita com a rua

de ocupar o terreno, relacionar-se com a rua e resolver plasticamente a forma arquitetônica segundo diferentes épocas e estratos sociais. Isso revela a ausência de uma ordem ou de um princípio básico únicos de ocupação do espaço, prevalecendo uma variedade sem ordem clara, a qual só consegue ser percebida em alguns trechos de ruas que mantêm uma relativa uniformidade de ocupação característica de determinada época. No geral, prevalece a mistura, a convivência de padrões diversos e, em muitas situações, o conflito visual e o constrangimento ou a exposição da privacidade da casa pela proximidade a formas discrepantes de ocupação (Foto 13).

Nessa agregação irregular de edificações de épocas diversas, implantadas junto à testada do lote ou recuadas em relação a este, com presença ou não de muros de diferentes formas, gera-se na seqüência de percepção do espaço uma enorme variedade de situações que vão desde a maior ou menor possibilidade de visualização das edificações, até efeitos de alargamento e estreitamento do espaço, de saliências e reentrâncias, de conformação de caminhos mais fechados pela proximidade entre arborização e muros ou paredões (Foto 14), e de demarcação do volume conformado pelo vazio da rua.

Esse último efeito é extremamente significativo nas situações em que as edificações se dispõem junto à testada do lote, conformando uma delimitação clara do espaço público e uma idéia de envolvimento e de direcionamento do mesmo (Fig. 2).

Isso é especialmente claro nos trechos de ruas em que prédios residenciais multifamiliares, característicos da arquitetura das décadas de 50 e 60, são implantados total ou parcialmente junto à testada do lote ou com pequenos recuos, mas sempre francamente voltados para a rua. Nessas edificações, a dominância da dimensão horizontal reforça o direcionamento do espaço da rua, ocorrendo ainda uma adequada relação de escala entre rua e edificação, na qual a altura desta tende a corresponder aproximadamente à largura de via e passeio. Com isso, a

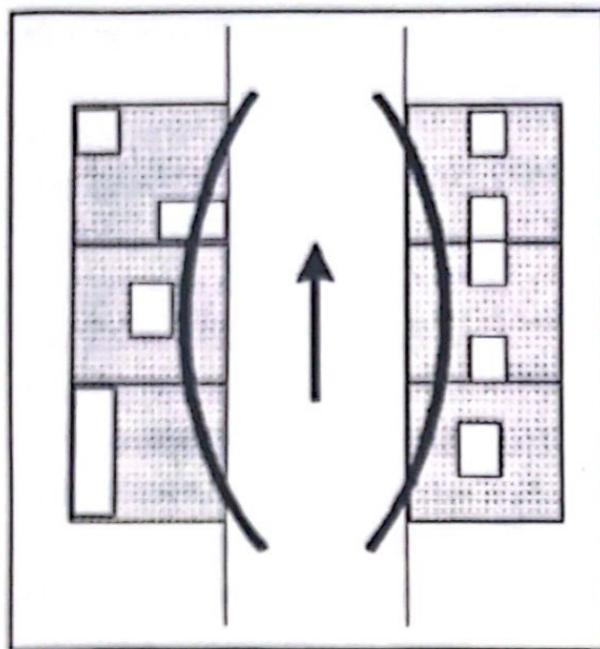


Figura 2

visualização da edificação como um todo se coloca no campo visual do pedestre, sendo facilitada a referida delimitação do volume do espaço vazio da rua (Fotos 15 a 18). Isso é completamente diferente da relação estabelecida com a rua pelas edificações verticalizadas mais recentes, onde se rompe a harmonia da relação de escala pelo acentuado domínio da dimensão vertical e pela discrepância entre altura da edificação e largura da via.

Lynch (1962) observa que um objeto cuja maior dimensão é igual à distância até o olho do observador apresenta dificuldades em ser percebido como um todo. Quando a relação é 1/2 pode distinguir-se como um todo e, quando a relação é 1/3, vislumbra-se como um todo em relação ao contexto. Por aí se percebe a completa inadequação que existe, do ponto de vista da conformação e percepção do espaço da rua, de edificações que, em diversas situações espaciais das ruas da Serra, têm dimensão vertical até três vezes maior do que a largura de vias e passeios. A percepção dessas edificações como um todo só se dá a distâncias maiores, inclusive no

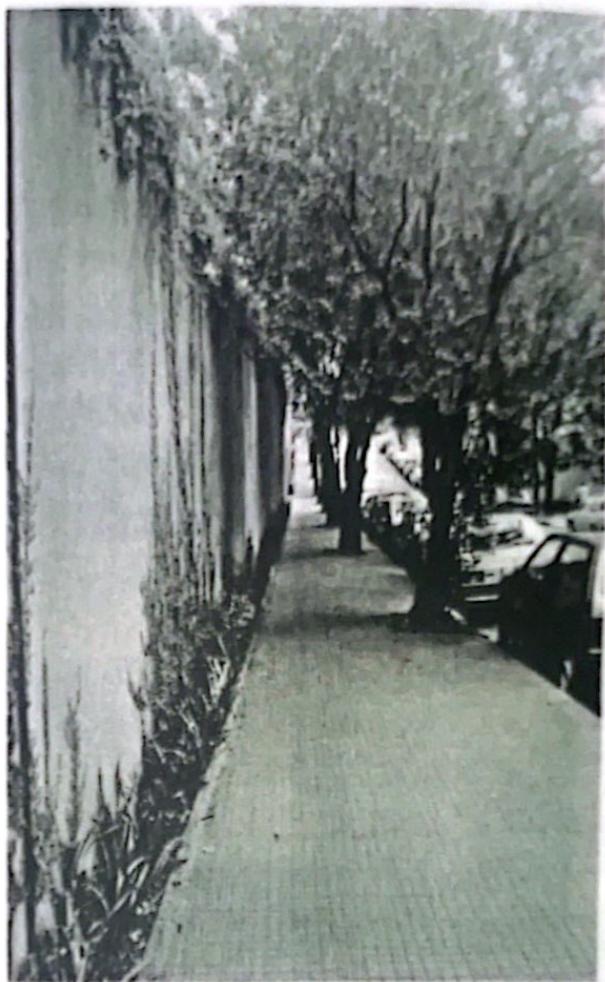


Foto 14 – Rua Trifana: a proximidade entre muro e arborização gerando efeito de espaço protegido e fechado

próprio percurso da rua. Na relação mais próxima, apenas com o esforço de direcionar o olhar para cima é possível percebê-las em sua totalidade.

Com isso os edifícios se voltam para o alto e tendem a negar a rua, o que é reforçado pelas tendências atuais de implantação recuada das divisas do lote, como volumes isolados, e das unidades residenciais não ocuparem os primeiros pavimentos. Fica dificultada a possibilidade de delimitação clara do espaço da rua e se estabelece um conflito entre a dominância do direcionamento horizontal da rua e a verticalidade da edificação, além de outras implicações na relação de distanciamento entre o espaço público e o espaço privado.



Foto 15 – Rua Oriente 340, esquina de Capivari: a edificação inserida na escala e no contexto da rua



Foto 16 – Rua Barão de Lucena, esquina de Rua Marquesa de Alorna: a edificação que se volta para a rua e respeita sua escala

volvido pelas aberturas espaciais de cada residência (Fig. 3).

Nesse sentido, os jardins desempenham papel fundamental, acolhendo o olhar para o interior da casa e, às vezes, estabelecendo uma continuidade desse acolhimento no espaço das varandas. As casas se oferecem para a rua, mas o acesso à sua intimidade é filtrado por essa sucessão de espaços de transição – o jardim, em maior ou menor continuidade com a rua, bloqueando mais ou menos a visualização da casa, e a varanda.

Em algumas situações o jardim se oferece francamente para a rua, separado desta por barreiras físicas bastante tênues, permeáveis não só visual mas também fisicamente. Em outras, vai progressivamente se fechando para a rua, em processo de enclausuramento do espaço da casa.

Público e privado

O efeito de delimitação e de envolvimento do espaço ocorre apenas em alguns trechos das ruas da Serra. A tendência, especialmente das edificações unifamiliares, de implantarem-se afastadas das divisas dos lotes, dentro de princípios ligados à vontade de isolamento e privacidade da família burguesa e de conciliação entre residência urbana e velhas chácaras a partir do início do século XX, faz com que da rua se percebam apenas pequenas concavidades, espaços de acolhida do olhar de quem passa e é en-

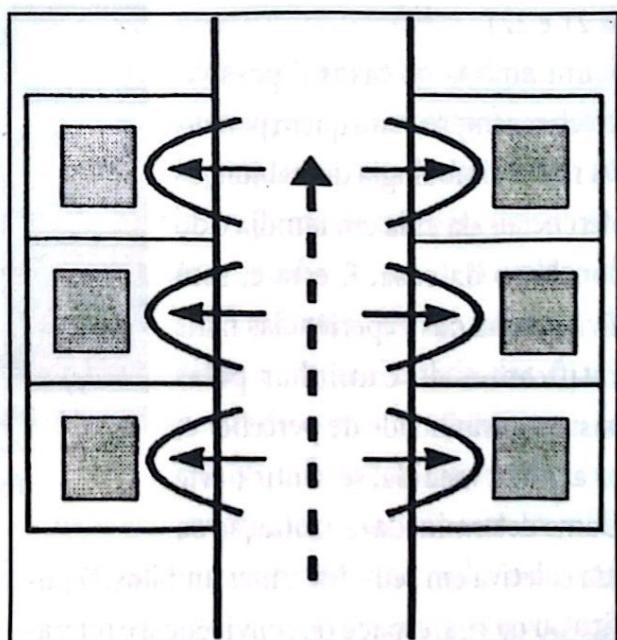


Figura 3

A partir daí, é possível desenvolver toda uma graduação das barreiras e passagens entre espaço privado e espaço público e uma simbologia dos elementos de separação. Há os que são mera demarcação entre espaço particular e público, mas que impõem poucas restrições à passagem de um para o outro, gerando espaços francamente generosos para com a rua, sem temor dos perigos desta (Fotos 19 e 20). Eles hoje nos remetem a uma situação de vida urbana já em desaparecimento ou só presente em maior escala nas cidades pequenas. Daí ser comum a referência a esses espaços como parecendo de "cidade do interior". Outros separadores já estabelecem, em graduações variadas e com diferentes modos de afirmar a inviolabilidade do espaço privado, apenas a possibilidade de transposição visual, de visualizar a casa, o espaço do privado, a partir do espaço público (Fotos 21 e 22).

Em ambos os casos é possível perceber sempre, para quem percorre a rua, a simbologia do habitar, os referenciais da vida em família e do aconchego da casa. E esta é, sem dúvida, uma das experiências mais gratificantes do caminhar pelas ruas: a possibilidade de perceber e, em alguma medida, se sentir parte de uma determinada organização da vida coletiva em seus diferentes âmbitos. O público ou da rua, espaço de convivência e interação mais amplo, por onde se trafega, e o da casa,



Foto 17 – Rua Herval 281: a delimitação da rua e o efeito de proteção espacial conjugados à suavidade e harmonia da edificação

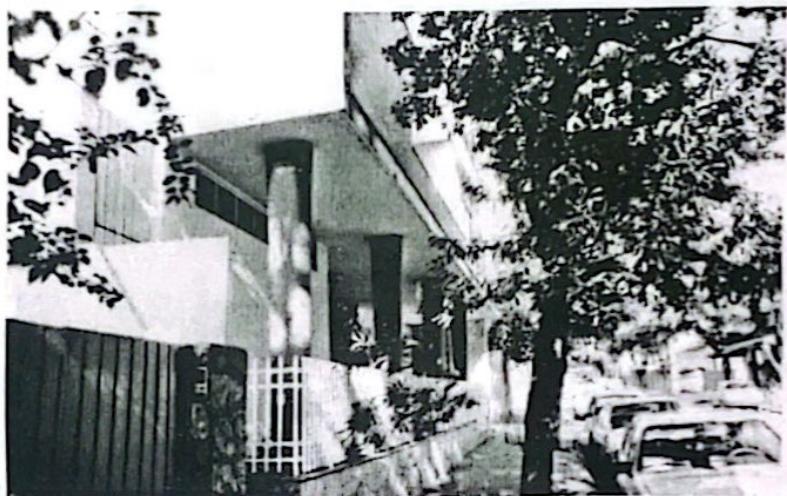


Foto 18 – Rua Monte Sião 17: a delicada transição entre público e privado na casa implantada junto à testada do lote



Foto 19 – Rua Bernardo Figueiredo 47: a casa e o jardim francamente abertos para a rua

visto apenas a partir do que se mostra para a rua, espaço de convivência em âmbitos mais restritos, nicho de uma maior intimidade.



Foto 20 – Rua Luz 56: permeabilidade visual e física.
A generosidade na relação com a rua

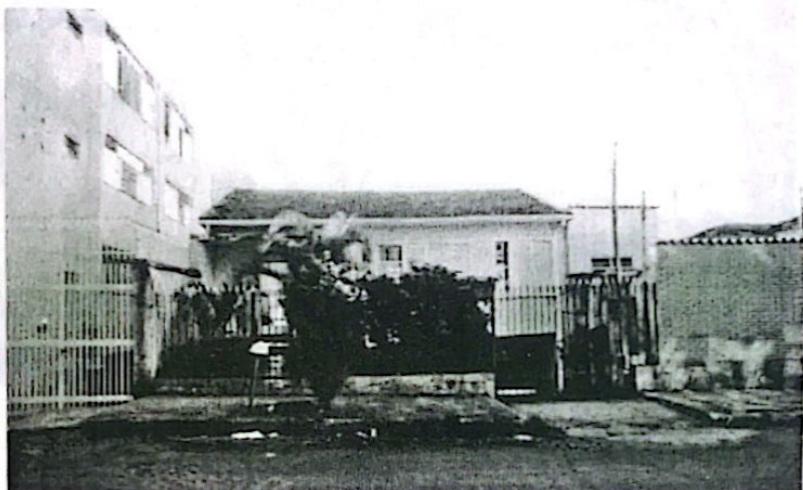


Foto 21 – Rua Herval 335: a relação delicada entre casa e rua

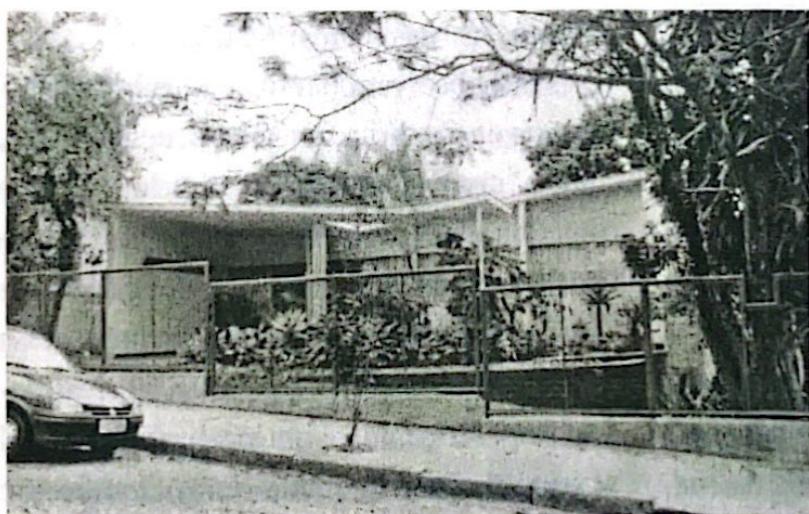


Foto 22 – Rua Alumínio 129: a estética moderna aberta generosamente para o espaço da rua

Nesse sentido, o olhar a casa remete ao espaço do ser, o espaço do pessoal, e a experiência de perceber as casas é o perceber um espaço

que, em graus variados, está carregado de pessoalidade, que cada morador tende a trabalhar um pouco como expressão de si. Os diversos estilos arquitetônicos, ou as soluções adotadas em diferentes momentos ou por diferentes classes sociais, vão propiciar mais ou menos essas expressões do pessoal.

Há por fim os muros, que isolam a casa da rua, não só física mas também visualmente, rompendo a possibilidade do contato com a poesia do habitar e tornando a rua um mero canal de passagem no qual a visualização da casa é totalmente bloqueada ou apenas possível, de forma parcial e precária, por cima dos muros (Fotos 23 a 25). Esse enclosuramento da casa pode-se dar de formas mais ou menos agressivas, gerando toda uma estética dos muros e uma presença de artefatos variados de segurança que reforçam o estranhamento entre espaço privado e espaço público.

Neste processo, cada vez mais presente, de isolamento da casa e de separação em relação ao espaço público, perde-se também aquilo que Jane Jacobs chama de “os olhos da rua”, ou seja, a possibilidade de olhar e “vigiar” a vida das ruas a partir do espaço privado, o que, inclusive, é fator fundamental para a própria segurança do espaço público, só que feito de modo informal e no transcurso das atividades cotidianas. O contrário também é verdadeiro, ou seja, para a segurança

do espaço privado concorrem também os olhos que o miram a partir das ruas e são capazes de, informalmente, perceber situações de perigo que possam estar ocorrendo. A suposta segurança dos muros que bloqueiam a visualização das casas é uma falsa segurança.

A perda dos "olhos da rua" não é, no entanto, decorrente apenas dos muros que isolam as casas e buscam torná-las mais seguras. O esvaziamento das ruas como espaço de percurso a pé e, para além disso, como espaço de convívio e interação social decorre de um estranhamento e distanciamento entre as diversas camadas da sociedade, especialmente entre os mais ricos e os mais pobres, que está na base da acentuação da insegurança que vem marcando cada vez mais o espaço das ruas. Estas vêm caracterizando-se como lugar de conflito social, o que leva às equivocadas soluções arquitetônicas de criação de barreiras cada vez mais fortes entre espaço público e privado, reforçando o conflito entre ambos. Além da situação já citada dos muros que isolam as casas, vem ocorrendo também um crescente distanciamento e isolamento das edificações coletivas em relação à rua. O contato com o espaço público nessas edificações vem se dando cada vez mais apenas através das guaritas de segurança, os estranhos olhos da rua que vigiam, não mais informalmente, mas como explícito mecanismo de controle, enquanto os moradores se enclausuram em seu espaço protegido e tendem a conviver só entre iguais, o que aprofunda os estranhamentos sociais e a inse-

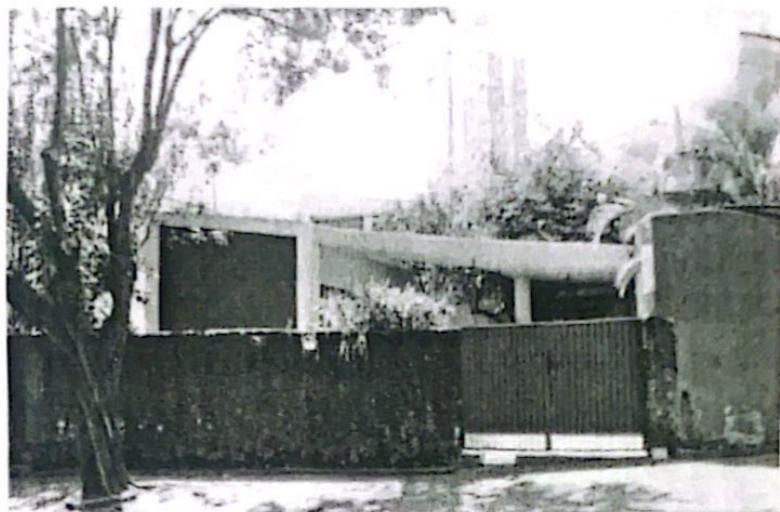


Foto 23 – Rua do Ouro 1.093: a casa moderna entrevista por cima do muro



Foto 24 – Rua Iguapeí 79 e 87: o bloqueio da visualização da casa. O fechamento tratado com um painel para a rua

gurança das ruas (Fotos 26 e 27).

Como observam Santos e Vogel (1985), a portaria ou a guarita funcionam, nesses casos, como a "instância mediadora entre o exterior e o interior, ou seja, entre espaço público e doméstico. Nela, o porteiro exerce o controle da entrada e da saída das pessoas, contribuindo, dessa forma, para disciplinar o ingresso à privacidade dos apartamentos. É um local crítico, no qual se sente, de maneira muito clara, a codificação do uso do espaço" (p. 122-123). Além disso, a concentração do acesso em um único ponto, a portaria, tende, em muitos casos, a gerar extensos paredões cegos que eliminam a interação interior/exterior e enfatizam apenas os signos

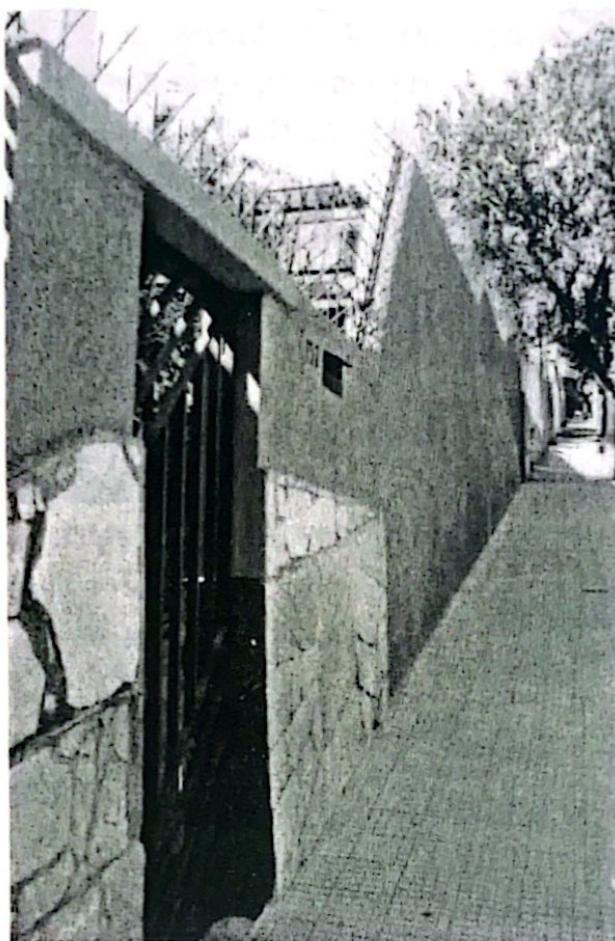


Foto 25 – Rua Pouso Alto: a aspereza entre o público e o privado

da separação e exclusão mútua entre esses espaços.

Essa tendência de negação da rua decorre também da modificação que vem operando-se na forma da relação homem/mundo. Conforme observa Paul Virilio (1989), no passado o contato com o mundo se dava, principalmente, nas ruas, no espaço público, ou através das janelas que olhavam a rua, enquanto hoje esse contato é cada vez mais mediado por meios técnicos e, fundamentalmente, pelas telas da televisão ou do computador, as novas janelas do mundo, o que vem gerando uma tendência de introversão do espaço arquitetônico, de seu fechamento, de seu dar as costas para a rua.

Dessa forma, o espaço público vem tendendo a esvaziar-se enquanto lugar de aprendizado

da vida em sociedade, de contato com o que é diferente, de prática do que Santos e Vogel (Ibid.) chamam de “relações discursivas dialógicas”, ou seja, relações em que o enunciado do outro deve ser considerado quando se visa estabelecer e legitimar uma opinião. A rua, como lugar que enseja a coexistência de múltiplas atividades, pessoas e formas de apropriação do espaço, leva à prática permanente da negociação como modo de resolução dos eventuais conflitos e, nesse sentido, é meio fundamental de elaboração da cidadania e da civilidade, enquanto consciência de pertencimento a um universo social, respeitado pelo outro e exercício de aplicação de regras de convívio social (p. 130). No entanto, em uma sociedade dividida como a nossa, em que uma parte da população é excluída de mínimos direitos a uma existência digna, não se poderia esperar outra coisa senão a progressiva caracterização do espaço público como lugar de insegurança e estranhamento social.

Como tendência geral, apenas os mais pobres ainda fazem regularmente da rua um lugar de permanência, para além dos deslocamentos cotidianos, e de práticas informais de convívio social. É o que se percebe na Serra, nas ruas que margeiam a favela, com presença humana constante e onde existem sempre os “olhos da rua” de que fala Jane Jacobs (Foto 28). É significativa também a intensa presença de pedestres, em certas horas do dia, nas ruas que dão acesso à favela, notadamente as ruas Palmira, Capivari e Desembargador Mário Matos. Nas demais ruas do bairro, com exceção daquelas com atividade comercial, como as ruas do Ouro e Estevão Pinto, a presença humana nas calçadas é acentuadamente mais rara.

Se pensarmos apenas pelo ângulo da organização física do espaço, a relação entre o pú-

blico e o privado pode ser genericamente caracterizada como uma relação entre a frente e o atrás, entre o revelado e o escondido. Isso tanto do ponto de vista da imagem que o ambiente privado permite mostrar e comunicar ao ambiente público ou, ao contrário, esconder deste e circunscrever ao seu próprio âmbito, como do ponto de vista da atuação sobre o espaço público e das extensões e inter-relações entre os dois espaços. Assim, por exemplo, e isso é bastante evidente nas ruas da Serra que margeiam a favela, a população mais pobre tende a atuar muito na rua e na frente, expondo usos e atividades, enquanto para a classe média os mesmos usos tendem a ser marcadamente privados e realizados no atrás, retirados do olhar de quem passa na rua. Isso é sintomático, inclusive, da crescente valorização da intimidade e privacidade na sociedade contemporânea. O na frente é o que comunica os valores que buscam ser enfatizados na imagem que o morador deseja que tenham de si, ou seja, conforma uma certa máscara social, enquanto no atrás, no escondido ao âmbito privado, essas máscaras podem desaparecer e, inclusive, novos papéis sociais podem surgir.

Desse modo, conforme observa Rapoport (*Ibid.*), “o privado e o público, o domínio da frente e do atrás – do mesmo modo que a privacidade em si – só pode entender-se a partir da oposição entre intera-



Foto 26 – Rua Herval 266: o edifício elevado que não olha a rua

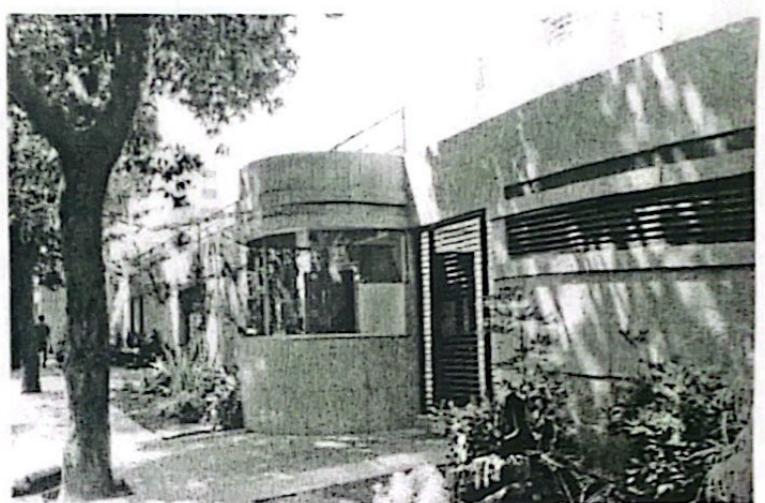


Foto 27 – Rua Gabriel dos Santos 180: o privado resguardado e a rua vigiada



Foto 28 – Rua Caraça: na favela, a relação estreita entre espaço público e espaço edificado

ção e retraimento... O edifício não é só um filtro à luz, ar, etc., mas é um instrumento sociocultural de comunicação, através do qual se filtra

informação social, deixando ou não a passagem da interação entre pessoas e grupos. Estes filtros vão desde a total transparência até a opacidade completa" (p. 264). Na Serra, com exceção dos espaços limítrofes à favela, essa interação tem tendido a restringir-se ao campo do visual, quando não é bloqueada pela presença da barreira rígida dos muros. Estes fazem com que o jardim e a varanda, elementos de transição na separação público e privado, voltem-se efetivamente para o atrás, o protegido, tornando-os domínio absoluto do privado.

Mesmo assim, a possibilidade da interação visual entre os espaços público e privado já é extremamente rica, pois através dela falam as poéticas do habitar, comunicam-se valores estéticos e socioculturais, falam os tempos do espaço, enriquece-se enfim a possibilidade de apreensão dos múltiplos significados da forma urbana. A permanência da interação visual entre os espaços público e privado mantém, por mínima que seja, a comunicação social, a percepção de atores sociais e de sua cena. A visualização da casa mantém uma presença desta no espaço comum que representa uma certa vontade de diálogo com esse espaço e de respeito e inclusão por quem passa no mesmo. De modo sutil, favorece os valores da civilidade.

Nesse sentido, a forma da edificação tem também um papel preponderante, à medida que expresse mais ou menos uma certa generosidade com o espaço público, que favoreça a acolhida do ser ou que, ao contrário, busque apenas expressar a superioridade social e a grandiloquência do poder. Nesse caso, sua estridência e rechaço de quem está fora podem ser tão negadores da rua, dos valores do espaço público, quanto um muro.

A interrupção da interação visual, a presen-

ça bloqueadora dos muros ou de outras formas de separação rígida em relação ao espaço público, como o distanciamento e introversão das edificações coletivas verticais, acabam expressando a impossibilidade do diálogo, o esconder-se dos atores sociais da cena pública, a acentuação do distanciamento e das separações entre as classes sociais. Impede também aquela visualização dos códigos próprios ao habitar e dos atributos formais e interferências pessoais no espaço particular oferecidos com maior ou menor generosidade ao espaço público. Fica apenas uma vontade de separação, de exclusão e de temor por quem passa na rua. Enfatiza-se, enfim, o outro como uma ameaça potencial.

Se a tendência da verticalização atual do bairro vem-se dando no sentido de negar ou empobrecer as relações com o espaço da rua, as edificações residenciais coletivas das décadas de 50 e 60 caracterizam-se por uma acentuada interação com esse espaço. A partir das dimensões adequadas à escala da rua, da implantação junto ou próximo à testada dos lotes e das aberturas voltadas francamente para a rua, estabelece-se um intercâmbio entre interior e exterior que, se em alguns casos se nos afigura como excessivamente invasor da privacidade da casa, é sempre sem temor em relação à rua, procurando, ao contrário, ter nesta o lugar fundamental para o qual a casa mira, propiciando, inclusive, a possibilidade de presença dos "olhos da rua".

Significativa também é a situação de algumas edificações multifamiliares dessa mesma época cuja implantação em "U" (Fig. 4) concilia a proximidade e abertura para a rua com a presença de um espaço de transição, espécie de jardim interno, que acolhe o olhar de quem passa e cria, ao mesmo tempo, uma certa introversão e preservação da intimidade do espaço das re-

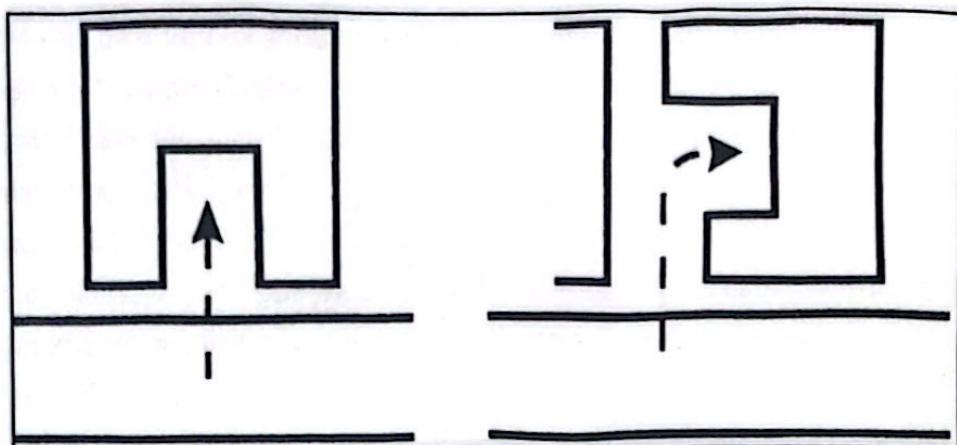


Figura 4

sidências (Foto 29).

As edificações verticais recentes, com a tendência de gerarem em seu próprio âmbito os espaços de uso coletivo, especialmente os de lazer, e de implantarem-se afastadas das divisas do lote, elevadas em relação à rua e distantes desta pela própria dimensão da edificação, acentuam as dificuldades de intercâmbio entre o público e o privado.

Embora como tendência geral se possa observar o esvaziamento da rua como espaço de interação social e de multiplicidade das formas de apropriação, não há como generalizar de modo absoluto questões como a perda de importância do espaço público e a forma das relações público/privado, já que elas apresentam sempre manifestações específicas, diferenciando-se de acordo com os grupos sociais, as faixas etárias, o sexo e as próprias situações ensejadas pela forma urbana, conforme mostrado. Se a maioria das ruas da Serra vem perdendo importância como lugar de socialização e de contato interclasses, elas permanecem significativas, nesse aspecto, nas áreas próximas à favela e em outros locais de sociali-



Foto 29 – Rua Angustura 210: a delicadeza da inserção do edifício em relação à rua. A transição suave entre público e privado

zação, notadamente os bares e, em menor medida, as áreas comerciais. Isso sem falar nas amplas possibilidades da interação visual, já citadas.

Diferenciações

Tanto no aspecto da relação público e privado como no da identidade decorrente das formas arquitetônicas e do padrão de ocupação e utilização do espaço, as ruas da Serra apresentam-se de modo bastante diferenciado. Há ruas com identidades muito claras em função de uma certa homogeneidade da ocupação residencial de padrão horizontal, como é o caso de trechos



Foto 30 - Rua do Ouro: trecho próximo à Av. do Contorno



Foto 31 - Rua do Ouro: esquina de Monte Alegre

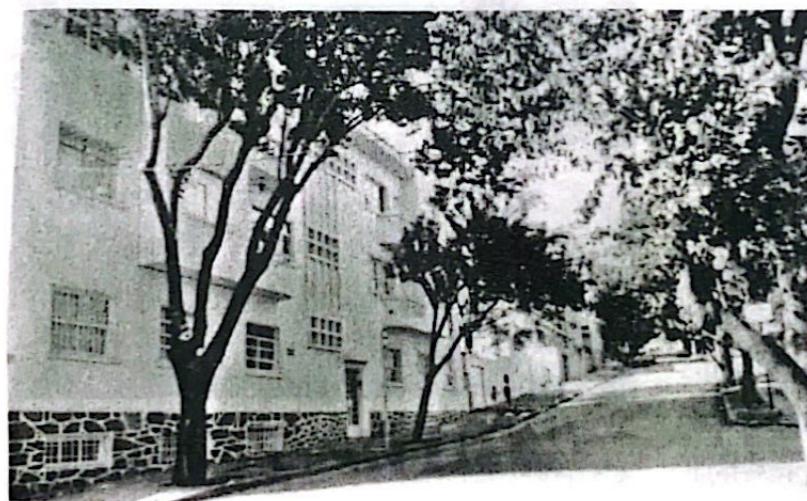


Foto 32 - Rua do Ouro, trecho final: o predomínio do residencial

de algumas ruas próximas à Praça Milton Campos, como a Rua Alumínio e Rua Luz. Outras, certamente a maioria, têm sua identidade marcada pela heterogeneidade da ocupação, mistu-

rando padrões residenciais horizontais e verticais, ora dominando um, ora dominando o outro. É o caso, por exemplo, das ruas mais ao sul do bairro, como Muzambinho, Gabriel dos Santos, Ramalhete, Bambuí e Dominicanos, onde a tranquilidade da ocupação por residências unifamiliares, ainda dominante em certos trechos, vem convivendo cada vez mais com a substituição por uma ocupação residencial verticalizada.

Outras ruas apresentam caráter marcadamente diferenciado por trechos, não apresentando uma identidade única, a não ser no aspecto estruturador que possuem nas ligações internas do bairro. É o caso da Rua do Ouro que apresenta, no trecho entre Av. do Contorno e Rua Palmira, caráter fortemente heterogêneo, com mistura de usos residenciais e comerciais, embora com acentuada tendência de dominância destes, e de padrões verticais e horizontais de ocupação, característica que tende a diminuir até o cruzamento com a Rua Trifana, com progressiva predominância do uso residencial, embora ainda com diferentes padrões, passando, a partir daquela rua, a caracterizar-se pela acentuada dominância da ocupação residencial semelhante às demais ruas do sul do bairro (Fotos 30 a 32).

Também a Rua Estevão Pinto apresenta esse tipo de diferenciação, embora nela a marca maior seja dada pela tendência à progressiva domi-

nância da ocupação residencial verticalizada, ainda misturada em diversos trechos, com maior presença de usos comerciais e de serviços nas proximidades da Av. do Contorno (Fotos 33 e 34).

Outras ruas que estruturam as ligações internas do bairro apresentam esse mesmo caráter de diferenciação por trechos, como as ruas Monte Alegre, Palmira e Caraça. Nas duas primeiras, há uma acentuada diferença entre a maior tranquilidade e o caráter residencial do trecho entre Av. do Contorno e Rua Estevão Pinto, a conturbação do trecho entre Estevão Pinto e Ouro e a dominância da ocupação residencial horizontalizada, no caso da Rua Monte Alegre, no trecho entre Ouro e Pouso Alto e, no caso da Palmira, a permanência da heterogeneidade, no trecho entre Ouro e Cipóvari. A Rua Caraça se modifica bastante em seu percurso, com acentuada heterogeneidade da ocupação residencial e presença de edificações da primeira ocupação da Serra no trecho entre Pirapetinga e Ouro, chegando ao seu trecho final, entre Capelinha e Dr. Alípio Goulart, a marginalizar a favela e ter sua identidade fortemente marcada por ela.

A proximidade da favela representa também elemento de identidade para trechos de diversas ruas, embora nem sempre isso implique alterações significativas no padrão das edificações e formas de ocupação, excetuada a presença maior de um comércio tradicional de pequeno porte que atende em grande medida aos moradores da favela e a maior simplicidade das edificações multifamiliares verticais, especialmente as das décadas de 50 e 60. É o caso das ruas Monte Sião, Herval, Oriente, Capelinha, Corinto,



Foto 33 – Rua Estevão Pinto, próximo à Rua Caraça: o pequeno comércio e o padrão antigo de ocupação



Foto 34 – Rua Estevão Pinto, entre Rua Palmira e Monte Alegre: o espaço verticalizado

Guaxupé, Dr. Alípio Goulart e Cipóvari.

De um modo geral, todas as ruas, em maior ou menor medida, são pontuadas por edificações e espaços de destaque em função de usos, características formais ou referências a outros

tempos do bairro. Quando esses atributos se reúnem em um mesmo espaço potencializa-se sua capacidade enquanto marco e elemento de identidade. Entre essas situações, os encontros das ruas, ou seja, as esquinas, aparecem como os lugares que mais fortemente ensejam a realização desse potencial. Além disso, o caminhar pelas ruas é sempre marcado pelo aparecimento de formas ou situações inesperadas, devidas a usos inusitados, descortínio de paisagens, contraste entre edificações e toda a sorte de detalhes e visualizações passageiras e contingentes capazes de permanentemente sensibilizar o olhar de quem passa.

AS ESQUINAS

A esquina é conformada pela situação urbana do encontro dos caminhos, o que, no percurso do espaço, implica uma escolha, a tomada de outros rumos e, nesse sentido, ela se inscreve em toda uma simbologia dos entroncamentos, das encruzilhadas, das decisões que se tomam frente às possibilidades de direções a seguir e suas implicações nem sempre conhecidas. Claro que, nos percursos rotinizados do cotidiano, essas escolhas já estão previamente estabelecidas, mas mesmo assim a simbologia da esquina permanece viva e é fortemente ativada nos percursos sem pré-determinação ou por lugares desconhecidos.

A esquina é sempre um momento em que a situação da rua se altera ou se interrompe uma certa seqüência ou um certo ambiente em que se estava imerso. O espaço se abre, novas situações se descortinam e o olhar se torna mais atento. A esquina exige a parada ou a diminuição do ritmo do percurso. A rua pode até prosseguir

com o mesmo padrão que vinha tendo, mas a esquina é sempre um momento que interrompe uma certa seqüência espacial, altera o ritmo do percurso e assinala como que uma pulsação do espaço, que se abre em várias direções e novamente se fecha na direcionalidade dominante da rua.

Assim, as esquinas ou, mais genericamente, os encontros de caminhos, apresentam dois aspectos que são fundamentais para determinar sua importância no contexto urbano: seu caráter de convergência e a abertura espacial que operam.

Convergência e comércio

A convergência, enquanto concentração dos fluxos de pessoas e veículos, aliada à possibilidade de maior visualização do espaço e à atenção do olhar e diminuição do ritmo de percurso que a esquina pede, torna esta extremamente atrativa para a instalação de atividades que demandam a presença e atenção do consumidor, notadamente o comércio. Se a esses atributos se juntam outros, como condições favoráveis de topografia e passagem de transporte coletivo, aumenta o potencial para o assentamento comercial.

Na Serra diversas esquinas são marcadas pela atividade comercial. Esta, desenvolvendo-se ao longo dos principais eixos viários do bairro, notadamente as ruas do Ouro, Palmira, Estêvão Pinto e, em menor medida, Caraça, Capivari, Desembargador Mário Matos e Trifana, concentra-se em diversos cruzamentos, a maioria sob a forma apenas de um pequeno comércio estritamente local. As principais dessas concentrações são: ao longo da Rua do Ouro, os cruzamentos com Palmira e Monte Alegre, justamente os dois pontos em que se encontram os prin-

cipais eixos de articulação Norte/Sul e Leste/Oeste do bairro, favorecidos ainda pela chegada de outras vias, o que acentua o caráter de convergência (Fotos 31 e 35); ainda ao longo da Rua do Ouro, os cruzamentos com Caraça e Trifana (Foto 36); ao longo da Rua Estevão Pinto, os cruzamentos com Caraça e Monte Alegre (Foto 37); o encontro das ruas Palmira, Capivari e Capelinha; e o cruzamento das ruas Dr. Alípio Goulart e Capivari, significativa concentração comercial que se abre em pequeno largo e serve fundamentalmente aos moradores da favela da Serra, sendo favorecida também pela presença do ponto final de um dos ônibus do bairro e pela proximidade do Hospital Evangélico (Foto 38).

Notável também é a presença comercial ao longo das ruas que marcam a favela, notadamente as ruas Caraça e Sacramento, sempre do lado da favela, cujos moradores buscam se valer das vantagens de localização junto às vias do bairro para abrir pequenas atividades comerciais e de prestação de serviços (Foto 39).

Nas esquinas em que a atividade comercial se desenvolve ou está próxima de edificações que representam referenciais de momentos passados da ocupação do bairro, os significados subjacentes à forma urbana se enriquecem e o lugar ganha uma permanência e identidade que extravasa a exercida puramente pela atividade circunstancial. Os



Foto 35 – Cruzamento das ruas do Ouro, Palmira e Amapá: convergência e comércio



Foto 36 – Rua do Ouro, esquina de Caraça: forma antiga e vitalidade do pequeno comércio



Foto 37 – Esquinas das ruas Monte Alegre e Estevão Pinto: valorização da esquina, sobrado e pequeno comércio. Permanência da forma e vitalidade urbana

casos mais notáveis são as esquinas da Rua Caraça com Estevão Pinto, Oriente e Ouro, notadamente essa última (Fotos 36), e a esquina de



Foto 38 – Cruzamento das ruas Capivari e Dr. Alípio Goulart: um centro para a favela no fundo do bairro



Foto 39 – Rua Sacramento: o comércio na favela apropriando-se das vantagens de estar voltado para a rua



Foto 40 – Cruzamento das ruas Capivari, Palmira e Capelinha: implantações antigas e recentes e manutenção da horizontalidade do espaço

Monte Alegre e Estevão Pinto (Foto 37).

Há também um enriquecimento do cruzamento de vias enquanto fato urbano quando,

além da presença comercial, agregase uma adequada organização espacial, determinada pela disposição das edificações, por sua relação com a rua ou por outros atributos de sua forma. É o que ocorre, por exemplo, no cruzamento das ruas Palmira, Capivari e Capelinha, onde a marcação de duas esquinas pela continuidade de edificações na testada dos lotes, contrapondo inclusive um comércio mais tradicional e um mais recente, e a dominância da dimensão horizontal na conformação de todo o conjunto se adequam, ao mesmo tempo, à abertura operada pelo cruzamento e aos sentidos de convergência e fuga das diversas ruas (Foto 40).

Além disso, a organização espacial pode ensejar, nos entroncamentos viários, mais do que meramente a atividade comercial em si, mas potencializar a esquina como local de encontro, de permanência e de desenvolvimento de outras atividades não-programadas. É o que ocorre na esquina das ruas Palmira e Níquel, onde a implantação mais recuada de uma padaria e a presença de algumas árvores na frente da mesma geram não só um espaço de significativa beleza cênica e forte identidade visual, mas também uma espécie de "oásis" urbano, lugar propício à parada, à conversa, ao resgate da rua

como espaço de convívio (Foto 41).

Significativo também é o largo no encontro das ruas Dr. Alípio Goulart e Capivari, onde a

proximidade da favela, a presença de comércio diversificado e a amplidão do espaço fazem com que o mesmo, independente de uma certa aridez e falta de tratamento urbanístico, seja intensamente usado para atividades diversas e se transforme, nas noites de sábado, no principal ponto de encontro da juventude da favela e, sem dúvida, no espaço público mais animado e agitado do bairro (Foto 38). Nesses momentos se efetiva, mesmo que nas margens do bairro, o direito de uma população, marginalizada das principais benesses da vida urbana, apropriar-se de um espaço e marcar sua presença na cena urbana.

Esse é o único espaço da Serra onde, mesmo precariamente, realiza-se a idéia de praça. Na conformação dos parcelamentos do bairro não foi previsto nenhum espaço desse tipo e a outra praça existente, denominada Praça Luiz Gomes Pereira, no encontro das ruas Palmira e Ouro, é na realidade um pequeno largo que funciona exclusivamente como entroncamento viário com significativa presença comercial (Foto 35). Há também duas pequenas áreas de lazer, com baixíssima utilização, na esquina das ruas Estevão Pinto e Araçuaí (Foto 42) e entre a Rua Trifana e a Alameda Guilherme Henrique Daniel (Foto 43). Essa última, de difícil visualização no bairro, conforma uma espécie de praça interiorizada, afastada dos canais de tráfego, recanto de quietude a uma escala humana.

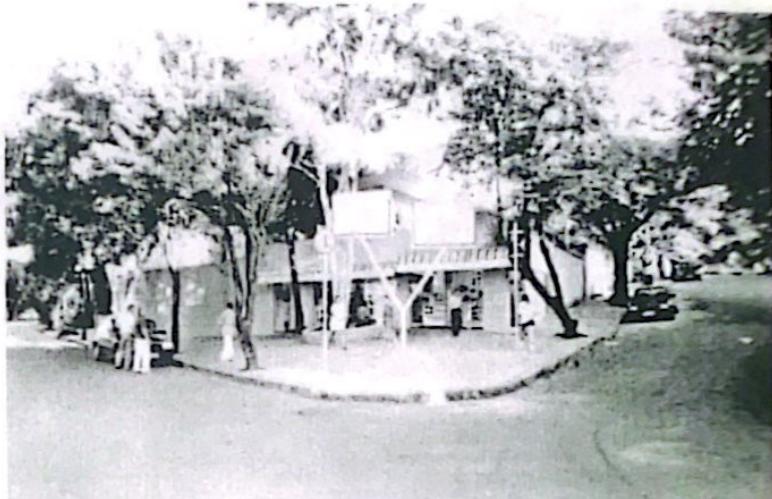


Foto 41 – Rua Palmira, esquina de Níquel: alargamento, arborização e atividade. A forma que acolhe e pede a permanência

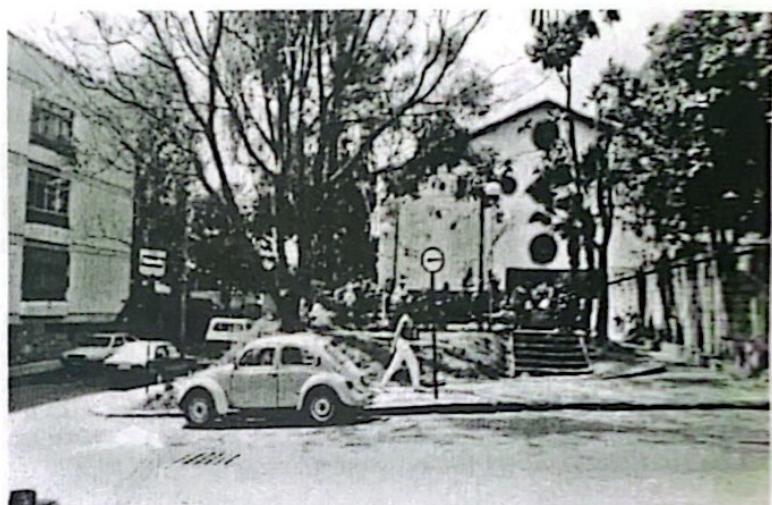


Foto 42 – Rua Estevão Pinto, esquina de Araçuaí: a área de lazer inesperada mas subutilizada



Foto 43 – Praça entre Alameda Guilherme Henrique Daniel e Rua Trifana: o espaço interiorizado, despercebido nos fluxos principais do bairro

Abertura espacial e arquitetura

As esquinas mais belas do bairro são, no entanto, aquelas em que a inserção da arquite-



Foto 44 – Rua Ramalhete (chegada na Rua do Ouro): o perfeito enquadramento entre edificação, arborização e rua



Foto 45 – Rua Joanésia (chegada na Rua Chefe Pereira): o desenho da casa marcando o fechamento do espaço da rua

tura se aproveita adequadamente do potencial de maior visualização propiciado pela abertura espacial do cruzamento das vias. Isso depende, por um lado, do posicionamento da edificação saber tirar partido das possibilidades visuais da inserção na esquina e, por outro lado, das qualidades formais da própria edificação.

Nesse sentido, cabe distinguir três tipos básicos de encontros de vias (Fig. 5). O primeiro, o chamado encontro em "T", no qual uma via desemboca em outra sem cruzá-la. O segundo, o mais comum, no qual duas vias se cruzam gerando as quatro esquinas habituais. O terceiro, no qual mais de duas vias se cruzam ou convergem para um mesmo ponto, situação que tende

a intensificar o efeito de abertura e alargamento do espaço.

No primeiro tipo ocorre uma ênfase visual, para quem chega no ponto de encontro pela via secundária, no elemento que, de certa forma, fecha o espaço dessa via, colocando-se de frente para ela. É o que ocorre, de modo notável, no encontro da Rua Ramalhete com a Rua do Ouro, onde o singelo prédio residencial de média altura fecha a visão da rua de forma delicada e em perfeita relação de escala com as duas vias e a arborização do entorno (Foto 44). Significativo é também o encontro das ruas Joanésia e Chefe Pereira, que destaca uma casa simples mas claramente configurada nas linhas de inclinação do telhado e nos três arcos das janelas (Foto 45).

Já na esquina clássica, formada pelo encontro de duas vias, as inserções espaciais que melhor exploram essa situação são aquelas que enfatizam o posicionamento voltado para o ângulo da esquina ou aquelas configuradas pelos volumes das edificações implantados junto ao alinhamento dos passeios ou com pequeno recuo em relação a esses, mas respeitando a direção básica das vias.

Essas situações, bastante comuns na Serra e presentes, principalmente, nas edificações tradicionais de comércio e nas edificações multifamiliares proto-modernas e modernas, aproximadamente das décadas de 50 e 60, marcam claramente o encontro das vias e enfatizam visualmente a esquina, na medida em que não a negam mas, pelo contrário, têm a implantação ditada pela configuração geométrica da mesma.

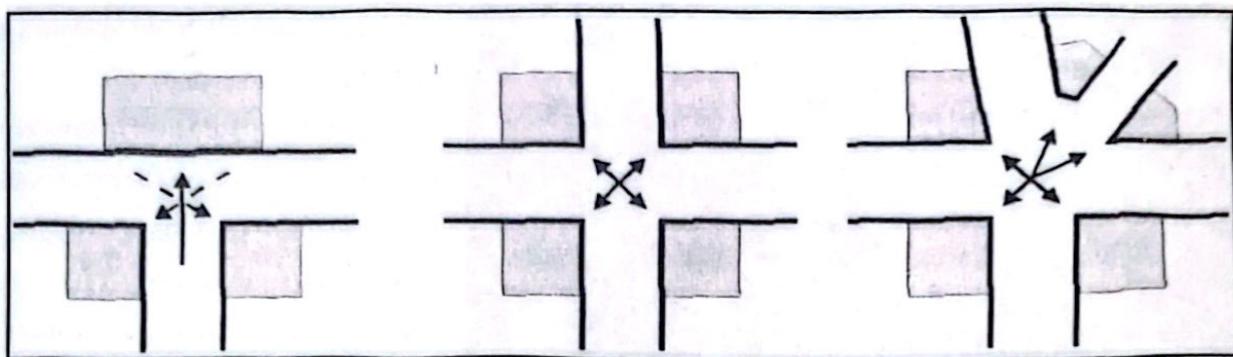


Figura 5

Os volumes cúbicos, onde domina um jogo simples de horizontais e verticais que, em geral, não rompe a pureza do volume como um todo, ganham grande destaque visual devido à abertura espacial do encontro das vias, em função da qual duas faces do volume podem ser claramente percebidas.

Além disso, a altura relativamente baixa dessas edificações que atingem, no máximo, quatro andares, estabelece uma adequada relação de escala com a rua, o que possibilita sem esforço sua visualização como um todo no próprio espaço do cruzamento das vias. A altura baixa tende a criar também uma ênfase maior na dimensão horizontal, quer na própria edificação, quer na sequência de um conjunto de edificações, o que reforça os direcionamentos básicos das ruas que chegam à esquina e enfatiza visualmente o significado desta como ponto de convergência e dispersão. Conforma-se uma clareza de leitura do espaço exatamente porque todos os elementos da cena urbana se colocam em sintonia e, de certa forma, dialogam entre si. A



Foto 46 – Rua Oriente 340, esquina de Capivari: o reforço espacial da esquina pela relação clara entre edificação e rua



Foto 47 – Rua Oriente 386, esquina de Capivari: a delicadeza do jogo volumétrico da edificação marcando a esquina

edificação se aproveita da esquina e ganha destaque e esta se aproveita da edificação e é reforçada. Há uma fixação da imagem do espaço através de um elemento de força que, no entan-



Foto 48 – Rua Oriente 497, esquina de Henrique Passini: harmonia de proporções e escala adequada com a rua e o entorno



Foto 49 – Rua Ramalhete 526, esquina de Estevão Pinto: material, tratamento plástico e clareza da forma - racionalização e delicadeza na marcação da esquina

to, não encerra ou fecha o espaço, mas mantém as linhas de sua continuidade nos caminhos que chegam e partem da esquina. Os exemplos dessas situações na Serra são inúmeros, cabendo destacar as esquinas ao longo das ruas Capivari e Henrique Passini, além de outras, como as formadas pelas ruas Ouro e Muzambinho, Ouro e Ramalhete e Estevão Pinto e Ramalhete (Fotos 46 a 49).

Há também a preocupação constante de marcar o ângulo da esquina, quer através da localização aí da entrada da edificação, quer através da subtração da quina do volume, criando um chanfro ou uma concavidade na esquina que

amplia o espaço da mesma, quer pela solução, muito comum em toda a cidade, de fazer essa subtração através de chanfro apenas no primeiro pavimento preservando a aresta do volume do restante da edificação (Fotos 46 a 48). Em todas essas soluções e na implantação geral da edificação o que se observa é a contínua interação com o espaço da rua e a adequação com a escala do pedestre, mesmo que a implantação junto à testada do lote, em grande medida ditada por motivações econômicas de maximização do aproveitamento do terreno, gere, em alguns casos, uma proximidade rua/casa, que conflita com a arborização das vias e permite uma visualização do interior da casa, que para os atuais valores culturais se nos afigura incômoda.

A situação em que a edificação se volta explicitamente para o ângulo da esquina, ou seja, em que é

implantada segundo a diagonal do lote, é mais rara. O caso mais significativo era o da antiga Igreja de Santana que, implantada em diagonal, colocava-se como fecho da perspectiva conformada pela Rua Caetano Dias e organizava visualmente o espaço aberto formado pelo encontro daquela via com as ruas Pirapetinga e Bernardo Figueiredo. A implantação atual da igreja, voltada para a rua Bernardo Figueiredo, fez com que a mesma tivesse diluída a dominância visual que possuía no conjunto, diminuindo seu papel de marco visual básico de organização do espaço (Foto 50).

Também a igreja de São João Evangelista

coloca-se de forma tímida no entroncamento das ruas do Ouro, Capivari e Deputado Viriato Mascarenhas. Apesar da torre posicionada na esquina, a igreja se volta efetivamente para a Rua do Ouro e não se impõe visualmente em relação às edificações das outras esquinas. Não explora assim o potencial que teria, enquanto edifício excepcional, de oferecer uma nova organização espacial àquele entroncamento viário, enfatizando em sua forma e no modo de implantação a capacidade de convergência e de referência que sua função possui (Foto 51).

Se a qualidade ou excepcionalidade da arquitetura é capaz de marcar de modo significativo algumas esquinas, como é o caso do Colégio Sagrado Coração de Maria, na esquina de Estêvão Pinto e Palmira, e de diversas edificações residenciais de grande beleza, como as existentes, por exemplo, nas esquinas de Ouro e Capivari, Ouro e Bambuí, Ouro e Dominicanos, Estevão Pinto e Bernardo Figueiredo, Contorno e Monte Alegre (Foto 52), outros arranjos espaciais marcam de modo inusitado algumas esquinas, conferindo-lhes uma marcante identidade. É o caso, por exemplo, da árvore de uma casa e do falso chafariz na esquina das ruas Senador Pompeu e Chefe Pereira (Foto 53), bem como do painel na varanda da casa na esquina das ruas Palmira e Angustura (Foto 54). Também a arborização pode exercer um papel significati-

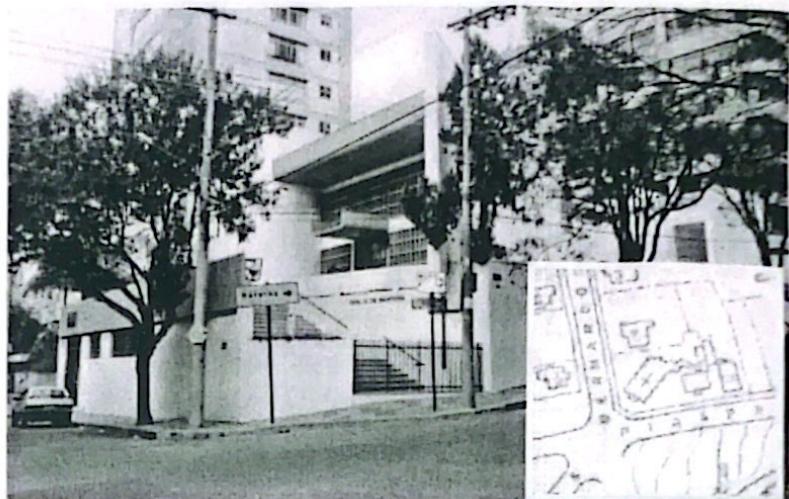


Foto 50 – Igreja de Santana, Rua Bernardo Figueiredo esquina de Pirapetinga: a nova implantação e a antiga (no detalhe)



Foto 51 – Igreja de São João Evangelista, Rua do Ouro esquina de Deputado Viriato Mascarenhas



Foto 52 – Av. do Contorno, esquina de Monte Alegre

vo na identidade do espaço, remetendo a toda uma evocação do espaço natural, da proteção da árvore frondosa e às imagens do transcorrer

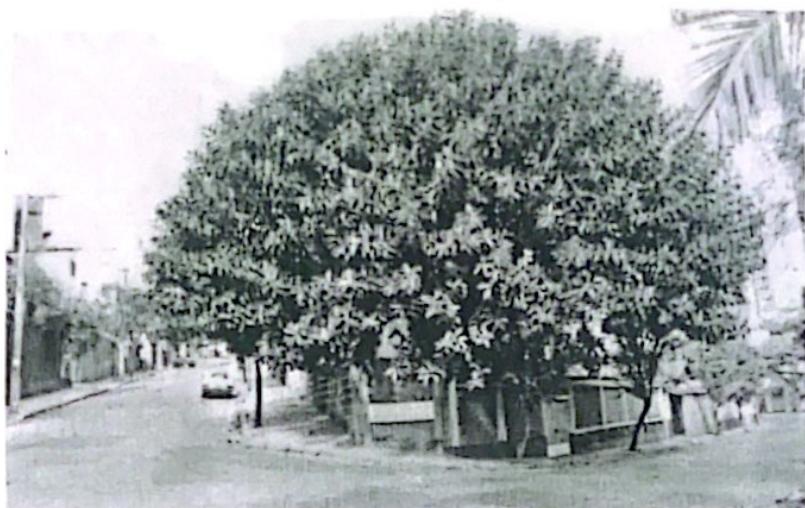


Foto 53 – Rua Senador Pompeu, esquina de Chefe Pereira: árvore e falso chafariz marcando de forma inusitada a esquina

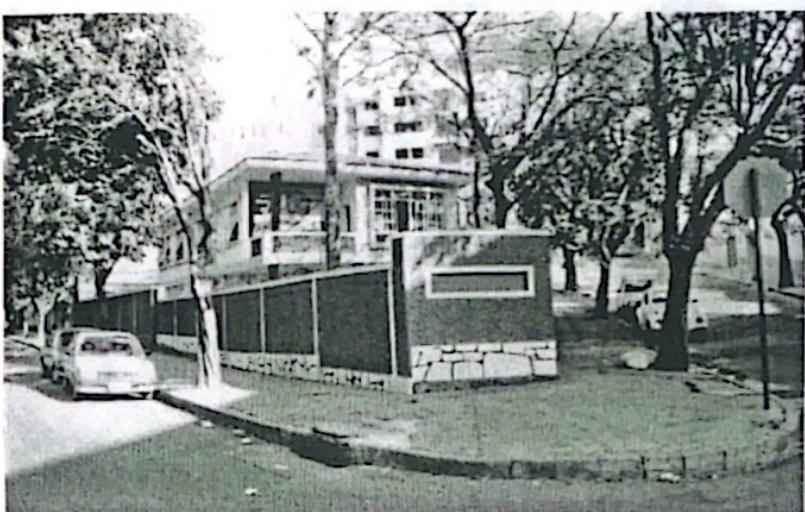


Foto 54 – Rua Palmira, esquina de Angustura: casa e painel da varanda marcando de modo inesperado o espaço visualmente privilegiado da esquina

do tempo através do enraizamento e crescimento da árvore. Se essas imagens pontuam os jardins e a arborização em diversos locais do bairro, elas ganham intensidade em algumas situações onde é a vegetação e especialmente as árvores frondosas que dão o tom na imagem do espaço. É o caso, por exemplo, das velhas árvores e da vegetação que envolvem as casas nas duas esquinas de Caraça e Angustura e na esquina de Níquel e Capivari. Também a intensa arborização que envolve a casa da Rua do Ouro fronteira à Rua Dominicanos marca intensamente o espaço de encontro dessas duas ruas.

Passagens

Outro aspecto importante de alguns entroncamentos é seu papel de marcar diferenciações entre trechos do bairro, estabelecendo de forma clara a passagem entre situações ambientais diferenciadas. É o que acontece no encontro das ruas Capelinha e Caraça, onde, de modo visualmente inesperado, a ocupação se modifica claramente no trecho da Rua Caraça que margeia a favela. Embora essa ruptura possa ser vivenciada nas diversas ruas que desembocam na favela, a partir da Rua Capelinha essa sensação é mais intensa exatamente por seu caráter inesperado. Também o encontro da Rua Palmira com Estevão Pinto marca a passagem de um trecho mais conturbado daquela rua, o trecho entre Ouro e Estevão Pinto, para um trecho mais tranquilo onde domina a ocupação residencial e onde, inclusive visualmente, o espaço se

torna de maior intimismo (Fotos 55 e 56).

Há ainda os entroncamentos que perdem sua vitalidade pela ausência da arquitetura, ou seja, pela ausência ou o distanciamento da confrontação com a presença da atividade humana através da arquitetura, tornando-se espaços meio mortos, cujos referenciais se restringem à função viária do deslocamento, meros canais de trânsito. É o que, em alguma medida, acontece no pequeno trecho da Rua Trifana, entre Pirapetinga e Afonso Pena onde, de um lado, o muro da Telemig e, de outro, um vazio usado como estacionamento retiram da rua as possibilidades referenciais e de significados ensejadas pela ar-

quitetura. A grande área murada de estacionamento da Telemig no trecho de quarteirão margeado pelas ruas Pirapetinga e Muzambinho é também bastante empobrecedora da vitalidade que a arquitetura, em maior ou menor grau, enseja para as vias ao longo das quais se insere. Além disso, opera uma abertura visual do espaço que, rompendo a seqüência de ocupação mais intimista própria das ruas do bairro, não estabelece qualquer diálogo com elas nem abre possibilidades novas de utilização e interação com o bairro. É mera barreira que ignora e dá as costas para a rua.



A ARQUITETURA

Ao longo deste trabalho estivemos todo o tempo falando e mostrando arquitetura. É ela a protagonista principal da experiência de percorrer o espaço urbano, oferecendo ao passante a observação entre-cortada e inter-relacionada das múltiplas formas que ao longo do tempo se foram acumulando e convivendo no bairro da Serra. Essa riqueza de referenciais arquitetônicos, com sua dinâmica de permanência e destruição, de utilização e substituição de usos, de aproximação ou distanciamento da rua, conforma as diversas situações urbanas com tudo que possam apresentar de beleza, tensão, conflito, densidade histórica e permanência da forma passada no tempo



Foto 57 - Rua Estevão Pinto 351: a casa principal de antiga chácara, residência do Prof. Estevão Pinto

presente. A arquitetura, no entanto, enseja também uma leitura mais atenta, que circunscreva e agrupe, na identidade do bairro constituída pela multiplicidade, as particularidades dos di-



Foto 58 – Rua Palmira 188: a casa secundária remanescente de antiga chacara



Foto 59 – Rua Estevão Pinto 87: a implantação remanescente da ocupação inicial do bairro



Foto 60 – Rua Caraça 296, 290 e 284: conjunto remanescente da ocupação inicial do bairro

versos tempos de sua produção expressos na forma arquitetônica.

Conforme já dito, caminhar na Serra é ir sen-

do acolhido por um suceder de arquiteturas diversas que, às vezes, na apreensão de processos irreversíveis de destruição, levantam em nós apenas o sentimento da perda, mas que são capazes também, no antigo que persiste e no novo que se instala, de falar de diversos tempos, de dizer como cada um expressou sua idéia do habitar, sua representação dos valores sociais, sua relação com o espaço coletivo.

De forma geral, a arquitetura da Serra não comporta uma divisão cronológica rígida entre suas diversas expressões. Em um mesmo momento são produzidas e convivem arquiteturas com características bastante diferenciadas. Do primeiro momento de ocupação do bairro, anterior à década de 30, restam poucos exemplares. Os mais notáveis são a antiga residência de Estevão Pinto (Foto 57), a casa remanescente da propriedade da família de Bernardo Figueiredo na Rua Palmira (Foto 58), as ruínas da Villa Rizza, na esquina de Ouro e Pouso Alto, a casa da Rua Estevão Pinto 87 (Foto 59) e um conjunto de pequenas casas na Rua Caraça (Foto 60). Nessas edificações, sobreviventes do tempo das chácaras da Serra, ressalta a influência da arquitetura dos chalés do início do século, em que a edificação é colocada afastada das divisas do lote, com

telhado em duas águas e empêna voltada para a fachada principal, com a presença de lambrequins decorados e de cachorros de sustentação

dos beirais do telhado.

Nas casas maiores e das famílias mais abastadas a varanda aparece como um elemento destacado na frente da casa, enquanto nas residências mais simples, restritas à singeleza de um único volume, ocorre apenas a marcação da entrada por uma pequena cobertura sobre a porta.

Essa arquitetura diferencia-se daquela característica das primeiras residências de Belo Horizonte, onde a edificação era implantada junto à testada do lote, afastada apenas em uma das laterais, onde ficava a varanda, um pequeno jardim e por onde se dava a entrada da casa.

Notável também, como remanescente da primeira ocupação da Serra, é a antiga residência de Antônio Aleixo (Foto 61), cujas características formais marcadamente urbanas, através da utilização da linguagem neoclássica, destoam da arquitetura então dominante no bairro, que procurava mesclar valores rurais e urbanos.

Também de características neoclássicas, mas de um período ligeiramente posterior, é o prédio do Colégio Sagrado Coração de Maria (Foto 62) que, por suas dimensões, função e pela austeridade de suas formas, é um dos principais marcos arquitetônicos na paisagem do bairro.

A partir da década de 30, com os primeiros parcelamentos em lotes menores, dissemina-se na Serra, especialmente nas áreas ao leste da Rua do Ouro, um tipo de arquitetura



Foto 61 – Rua Estevão Pinto 601 (1914): o casarão neoclássico, residência do Prof. Antônio Aleixo, inusitado na arquitetura dominante nas chácaras



Foto 62 – Rua Estevão Pinto 400 (1920): Colégio Sagrado Coração de Maria



Foto 63 – Rua Herval, esquina de Joanésia: a ocupação dos primeiros parcelamentos do bairro

simples, de casas coladas em uma das divisas laterais do lote, ligeiramente recuadas da outra lateral e da divisa frontal e com preocupação de



Foto 64 – Rua Monte Alegre 373



Foto 65 – Av. do Contorno 4.825 (1946)



Foto 66 – Rua Luz 56 (1946)

tratamento plástico apenas da fachada principal (Foto 63). Nesse tratamento, são utilizados elementos diversos, referenciados à arquitetura

dos chalés, ao neocolonial ou meramente referidos a uma vontade de expressão bucólica, campestre ou decorativa. Essa arquitetura se destaca por uma extrema singeleza, e sua tipologia de implantação continuarão sendo usada nas casas mais simples das décadas seguintes, incorporando, no entanto, outros elementos de decoração na fachada, notadamente os de natureza geométrica decorrentes da linguagem *art déco* (Foto 64).

Dentro de uma tipologia que, em linhas básicas, mantém na fachada principal uma pequena varanda recuada e uma ou mais janelas, compõe um arranjo que trabalha o desenho da varanda, a platibanda e a janela, há uma enorme gama de soluções, em uma arquitetura que incorpora sempre pequenos detalhes de expressão particular e pessoal. O gesto humano se faz extremamente presente nesse tipo de arquitetura.

Uma variante dessa tipologia mais simples, bastante comum nas casas da década de 40, estabelece uma maior diferenciação entre a varanda, o corpo da casa e o volume com a janela centralizada. Essa diferenciação se dá, principalmente, através do tratamento do telhado. O volume com a janela passa a ter o telhado na forma semelhante à do chalé, com as duas águas caindo para as laterais, o que o destaca do conjunto. Também é usada a solução em três águas, mantendo o destaque

dessa parte da edificação. O telhado da varanda é ligeiramente rebaixado e a edificação como um todo recebe um tratamento decorativo mais simplificado, embora permitindo sempre os pequenos detalhes particulares e diferenciados de casa para casa (Foto 65).

Essa tipologia já introduz uma preocupação com o tratamento volumétrico da edificação, o que irá ganhar plena vigência na arquitetura residencial unifamiliar produzida a partir do final dos anos 40 e ao longo dos anos 50 e 60. A edificação tende a ter dois pavimentos e a soltar-se mais em relação às divisas do lote, e o volume tende a ser tratado como um todo, diminuindo a ênfase apenas no tratamento da fachada. Dentro da forma básica que se mantém, da varanda alinhada com a fachada principal e colocada em uma das laterais desta, o volume como um todo tende a ganhar maior movimentação pelo avanço ou recuo de uma parte do mesmo na fachada principal ou pela presença de balcões ou pequenas varandas no pavimento superior (Foto 66).

Embora tendendo a uma crescente pureza volumétrica, isso não impede a presença de diversos tipos de elementos decorativos, especialmente os de natureza geométrica, bem como o uso muito comum de arcos nas varandas ou mesmo a inserção de volumes cilíndricos ou balcões curvos ao corpo predominantemente cúbico da edificação, dando margem a expressões de caráter romântico mais ou menos conditas (Foto 67).

Os telhados são, em geral, mantidos à vista, com quatro ou mais águas, sendo comum a ênfase em sua horizontalidade, através do uso de amplos beirais. Isso remete à influência, de resto presente em toda concepção dessas edificações, das casas de subúrbio das cidades ameri-



Foto 67 – Av. do Contorno 4.835 (1941)

canas (Foto 68). A presença de platibandas é rara, ocorrendo apenas nas expressões mais marcadamente *art déco*, como a casa da Rua Pirapetinga, 119 (Foto 69). Além disso, aparecem algumas expressões particulares, referenciadas a estilos específicos, notadamente chalés nôrdicos, ou como exercício fantasioso e romântico de formas bucólicas do habitar, como a casa da Rua Caraça 248 (Foto 70).

A produção desses tipos diferenciados de arquitetura, característicos de uma transição entre os padrões tradicionais do início do século e a linguagem moderna, convive nos anos 50 e 60 com uma série de expressões mais diretamente vinculadas ao ideário da arquitetura do movimento moderno. As edificações residenciais unifamiliares ligadas a essa corrente caracterizam-se por uma grande simplificação e pu-



Foto 68 – Rua Luz 95



Foto 69 – Rua Pirapetinga 119

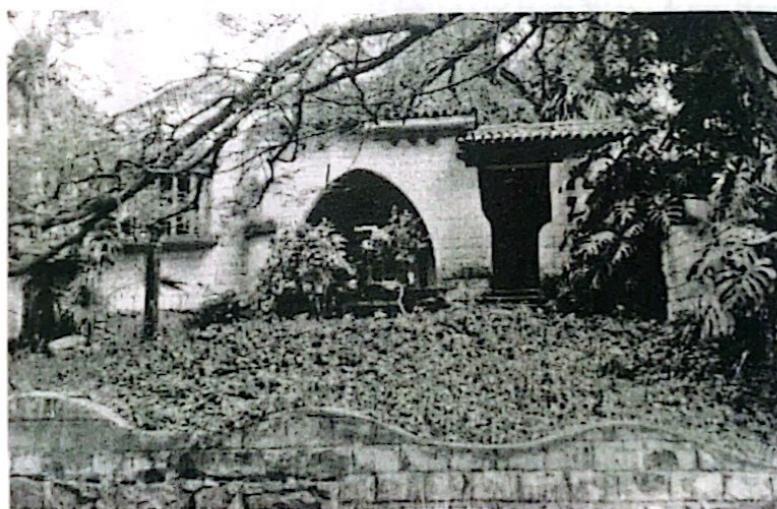


Foto 70 – Rua Caraça 248

reza volumétricas, pela ênfase nos volumes de natureza cúbica, onde domina a dimensão horizontal, e por um jogo plástico que despreza os

elementos supérfluos de decoração e no qual a continuidade das janelas, tratadas como superfícies contínuas envidraçadas, reforça a dominância horizontal. As linhas verticais são, em geral, secundárias na composição e surgem, principalmente, através de apoios tratados de modo extremamente delicado. É o caso dos delgados apoios de sustentação das varandas. Para não romper esse jogo geométrico claro, a presença do telhado é, se não escondida, pelo menos dissimulada através da visualização apenas de suas linhas de cimento. Isso dá ensejo a que, à dominância horizontal, contrapõe-se, nas soluções em que o telhado cai em uma água para as laterais ou em duas águas para o centro da edificação, a presença de linhas inclinadas que dão grande graciosidade e movimentação ao conjunto. Em jogos variados, que contrapõem duas e às vezes três linhas inclinadas, abrindo-se delicadamente em pequenos pátios descobertos por onde a luz incide diferentemente, essas soluções de cobertura representam, de certa forma, a permanência de uma sensualidade e afetividade em uma arquitetura que, de resto, tende à frieza e a um tipo de emoção determinada, fundamentalmente, pela pureza e precisão da composição, o que não é pouco (Fotos 22, 23, 71 a 73).

Essa mesma convivência de arquiteturas, que combinam tradição e linguagem moderna

com outras explicitamente dentro do ideário moderno, aparece também nas edificações residenciais multifamiliares, os prédios de apartamentos que, a partir da década de 50, espalham-se por diversos locais do bairro, especialmente a área a leste da Rua do Ouro. Os primeiros prédios de apartamentos surgidos na Serra, com dois ou três pavimentos, são expressão de uma arquitetura híbrida que combina a influência da tradição eclética e acadêmica e das diversas correntes do movimento moderno, caracterizando-se por uma tendência de pureza volumétrica e simplificação decorativa aliada a uma vontade de animação plástica do volume compacto por meio de saíncias de varandas, diferenças de profundidade entre planos da fachada, marcação de algumas linhas dominantes ou inserção de pequenos elementos geometrizados de decoração. Além disso, observa-se na composição uma predominância da simetria axial e uma preocupação de marcar base, corpo e coroamento das edificações, conforme faz a arquitetura acadêmica tradicional.

Essa arquitetura, que poderia ser classificada como proto-moderna, representa na verdade, conforme assinala Andrade (1994), uma espécie de “maneirismo moderno” ou de “neomodernismo” já que, ao contrário do que sucede na Europa onde antecede e prepara o racionalismo, “no Brasil só após a implantação do Movimento Moderno surge esta arquitetura dita



Foto 71 – Rua do Ouro 1.105



Foto 72 – Rua Monte Sião 67



Foto 73 – Rua Alumínio 33 (1960)

Protomodernista que, a partir daí, se desenvolve paralelamente à arquitetura Moderna” (p.73). É interessante perceber, inclusive, que elementos da linguagem moderna, como a tentativa de

marcar a continuidade de linhas de janela ou os apoios delgados de varandas, são interpretadas em sentido decorativo. Assim, “por vezes ocorre uma transposição consciente dos resultados até então alcançados pela linguagem moderna, em termos do velho ecletismo”. (p. 77)

Desse modo, Andrade (Ibid.) considera essa mais uma arquitetura de conciliação que uma arquitetura de transição, ou seja, uma arquitetura que reage à ruptura radical proposta pelas primeiras vanguardas modernistas e busca uma adequação aos imperativos da realidade em que opera. Assim, mantém a tradição da rua-corredor como elemento definidor do espaço urbano, inserindo-se de forma não conflituosa no contexto da ocupação existente e da escala da rua, o que configura uma postura contextualista na relação edifício/cidade, contrastando com a proposta do edifício isolado, com fachadas independentes, característica do movimento moderno. Procura adequar-se também aos materiais e à tecnologia construtiva disponíveis, bem como às condições climáticas locais. Há, no entanto, uma “independência criativa em relação aos dogmas das academias”, o que sugere uma “intuição de convencionalidade – e portanto relatividade – das linguagens arquitetônicas enquanto sistemas de representação da realidade, que antecipa a situação contemporânea” (p. 75). A tendência atual de valorização desse tipo de arquitetura é sintomática de uma certa coincidência de suas características de consideração ao contexto urbano e de incorporação renovada de soluções do passado, com as preocupações e posturas da arquitetura contemporânea, especialmente a idéia da modernidade mais como uma “continuidade renovada do que uma ruptura radical”. (p. 75)

Quer na tipologia mais comum do edifício

compacto desenvolvendo-se como faixa contínua ao longo da rua e com a fachada movimentada por pequenos volumes salientes e simétricos em relação à entrada central (Fotos 46 e 74), quer na tipologia em U, em que a entrada é recuada, gerando dois volumes mais avançados e um pequeno pátio de transição interior/exterior (Fotos 29 e 75), essa arquitetura mantém sempre uma relação de delicadeza e proximidade com o espaço público e de permanência da possibilidade de captação dos valores do habitar na edificação coletiva.

É interessante notar que também os primeiros prédios que incorporaram explicitamente elementos do ideário moderno mantêm essa mesma relação de proximidade com a rua (Foto 76). Não rompem o princípio da rua-corredor, voltando-se para ela e implantando-se, em geral, no alinhamento do lote ou com um pequeno recuo em relação a este. Nesse sentido, são também uma espécie de “arquitetura de conciliação” que, apesar de incorporar de forma plena os princípios da pureza e simplicidade volumétrica, das janelas tratadas como faixas contínuas, envidraçadas ou não, da ausência de qualquer resquício decorativo, mantêm a mesma tipologia tradicional na relação edificação/lote/rua, procurando ocupar a maior área possível do lote, desconsiderando a idéia moderna do edifício isolado. Há, inclusive, uma valorização da fachada voltada para a rua, que recebe tratamento diferenciado e, em alguns casos, é a única tratada segundo a linguagem moderna. Mesmo os *pilotis* são raros nesses primeiros prédios “modernos”, sendo usados, principalmente, apenas nas garagens, em geral colocadas no subsolo ou em área mais baixa, não visível da rua devido à inclinação do terreno. Há a tendência, no entanto, de deslocar-se a entrada da edifica-

ção para a lateral do prédio, eliminando a entrada voltada diretamente para a rua e colocada no eixo de simetria da fachada, característica das soluções "protomodernas". Com isso rompe-se a idéia clássica da simetria, em favor da ênfase na pureza e no tratamento uniforme do volume.

Esses primeiros edifícios "modernos" de apartamentos mantêm, assim, a mesma relação de proximidade e adequação de escala em relação à rua e a mesma postura contextualista e não conflituosa com o padrão da ocupação unifamiliar então dominante no bairro, características das edificações "protomodernas" que, na realidade, lhes são aproximadamente contemporâneas.

É especialmente no transcurso da década de 70 que as edificações residenciais coletivas, ganhando em altura, vão progressivamente estabelecendo uma relação de maior distanciamento em relação à rua e de conflito com as edificações de padrão mais baixo do bairro. Apesar de já com um porte avantajado e rompendo assim a inserção harmônica das edificações coletivas do período anterior, algumas edificações dos anos 70, implantando-se no alinhamento do lote ou apenas com pequeno recuo e voltando-se explicitamente para a rua, sustentam ainda um vínculo e uma consideração pelo espaço público expressos na proximidade e na manutenção das possibilidades de interação do espaço privado



Foto 74 – Rua do Ouro 1.683 (1955)



Foto 75 – Rua Estevão Pinto 822 (1958)



Foto 76 – Rua Herval 281

com o espaço público (Foto 77).

Esse vínculo será rompido nas edificações coletivas a partir, principalmente, da década de 80, induzidos em parte pelos modelos da Lei de



Foto 77 – Rua Caetano Dias 60: o passeio mais largo criando abertura espacial que torna mais adequada a relação de escala entre edifício e rua



Foto 78 – Rua Gabriel dos Santos 148 (1952): a reapropriação da casa de outro tempo do bairro



Foto 79 – Rua do Ouro 1.517 (1949): permanência e vitalidade da forma na nova função

Uso e Ocupação do Solo em vigor a partir de 1975 e reformulada em 1979. Esses modelos, obrigando os recuos laterais e frontais, restrin-

gindo a taxa de ocupação do terreno, mas aumentando o coeficiente de aproveitamento (relação entre a área total edificada e a área do terreno), induziram uma uniformização da ocupação vertical, caracterizada por prédios de grande profundidade e pouca frente, voltados, a partir daí, principalmente para as laterais do lote e com grande altura. Além disso, a obrigatoriedade dos pilotis e a tendência de elevação e isolamento dos prédios em relação à rua, quer pela disposição das garagens no primeiro pavimento, quer pelo efeito dos muros e guaritas, têm conformado um tipo de ocupação que desconsidera o contexto do bairro e procura isolar a edificação e minimizar o contato dela com o espaço da rua.

A arquitetura produzida hoje na Serra é basicamente essa, a dos grandes prédios residenciais multifamiliares. As novas edificações unifamiliares são raras e o que tem ocorrido de mais significativo são as reapropriações de casas antigas, em geral para atividades comerciais ou de serviços. Essas reapropriações, inserindo elementos da linguagem contemporânea em uma arquitetura produzida em outro tempo, estabelecem um vínculo entre passado e presente que enseja, na contingência da utilização atual, a permanência e vitalidade das formas arquitetônicas. Permitem assim uma atualização que não rompe a ligação com a produção e a memória do passa-

do, mas lhe dá um novo sentido. Agrega-lhe significados sem destruir as referências ao que já foi. São continuidade e permanência, respeito ao patrimônio do bairro e manutenção de sua riqueza enquanto espaço que acumula diversos tempos. Permitem, enfim, que na freqüentação do espaço este nos fale não só pelo que é mas também pelo que foi e, quem sabe, pelo que será (Fotos 78 e 79).

CONCLUSÃO

Ao começar este trabalho nosso fascínio situava-se sobre a diversidade da arquitetura e de sua inserção no espaço urbano, sempre capazes de chamar a atenção no percurso pelas ruas e sensibilizar-nos pelos valores plásticos e poéticos que carregavam. Embora fosse visível o intenso processo de transformação e substituição da ocupação por que passava e passa o bairro, sendo esse mesmo um dos motivos da realização do trabalho, o fascínio das situações espaciais, mesclando e fazendo conviver formas de tempos diversos, era dominante.

Ao longo do trabalho, no entanto, o sentimento de que um patrimônio arquitetônico, propiciador de qualidades urbanas significativas e referencial das memórias e da própria identidade do bairro, ia-se perdendo de modo extremamente veloz, foi-se tornando mais forte, fazendo ressaltar o caráter predatório e imediatista da mudança que se operava. Também ficava claro o sentimento de morte da rua, de perda progressiva de seu caráter de lugar de convívio e de sociabilidade, de interação entre grupos sociais diferenciados e mesmo de lugar a partir do qual, de modo descompromissado, o passante podia observar e ser tocado por mo-

dos diversos de conformar o espaço do habitar. Muros altos se erguiam entre casa e rua e as novas edificações verticais, voltando-se para o interior, ignoravam o espaço público, transformado apenas em inevitável lugar de passagem. Ruas desertas, casas voltadas para dentro, o espaço público fervilhava apenas no burburinho do tráfego, nas ruas de predomínio comercial e nos espaços próximos à favela, onde permanecia a intensidade de trocas e interação entre espaço público e privado.

Assim, o trabalho foi revelando uma Serra que, mantendo ainda uma significativa diversidade social e arquitetônica, em grande medida devido à presença da favela nos limites do bairro e à relativa consolidação da ocupação residencial coletiva de baixa densidade, através de prédios de 3 a 4 andares, vem tendendo cada vez mais a uma homogeneização da ocupação verticalizada, destinada a estratos de maior poder aquisitivo, o que já se faz sentir de modo acentuado na porção mais ao sul do bairro, embora pontue de forma mais ou menos intensa todo o espaço do mesmo. Tal homogeneização se inscreve no quadro mais geral de fragmentação do território da cidade e conformação de zonas diferenciadas mas internamente homogêneas. Se a fragmentação espacial e a configuração de pequenas "cidades" dentro da cidade é uma consequência do próprio porte da metrópole contemporânea, a segmentação social que acompanha essa fragmentação do espaço decorre do caráter desigual da organização social e tende a configurar, não pequenas cidades, mas, na realidade, anticidades, lugares desprovidos da diversidade social e arquitetônica e da convivência entre as diferenças e os diferentes que caracterizam e fazem a riqueza da situação urbana.

As próprias políticas públicas, notadamen-

te a política de uso e ocupação do solo, têm incentivado esse processo acelerado de homogeneização de territórios dentro da cidade e de destruição de situações e ambientes urbanos, nos quais, no bojo de um patrimônio arquitetônico diferenciado, estão histórias de vida e de pessoas que ao longo do tempo produziram e ocuparam porções da cidade e são agora expulsas. Com elas se vão práticas urbanas e configurações ambientais que, tanto física como socialmente, são extremamente ricas e carregadas de densidade histórica.

As mudanças induzidas ou reforçadas pelas políticas recentes de uso e ocupação do solo têm configurado um processo de elitização e segmentação espaciais destruidores da constituição de territórios diferenciados mas fundados ainda na diversidade social e arquitetônica.

Se a cidade muda permanentemente e a mudança e impermanência são a própria condição da existência humana, há que mudar, primeiro, a partir de necessidades coletivas, ou seja, a partir do momento em que o suporte material da cidade, sua arquitetura e seu espaço, mostram-se inadequados às demandas sociais do presente, e não a partir da busca do lucro imediato na produção do espaço. A sociedade deve, cada vez mais, saber decidir, através de suas instâncias democráticas, o tipo de cidade em que deseja viver.

Depois, há que mudar respeitando ou tendo como referência aquilo que existiu ou, mais amplamente, o patrimônio das formas arquitetônicas e urbanas. Há que mudar deixando vestígios, fazendo permanecer ou deixando que falem outras formas históricas de ocupação e

utilização do espaço e, principalmente, aquelas que ocuparam precedentemente aquele lugar. Fazendo, enfim, com que a arquitetura seja capaz de incorporar a história: ser nova, não enquanto ruptura com o antigo, mas enquanto continuidade renovada.

As tendências atuais de condicionar as possibilidades de ocupação do solo à disponibilidade e capacidade da infra-estrutura instalada, representam um avanço em termos de conter a ação da especulação imobiliária, restringindo-a àquilo que a cidade é fisicamente capaz de suportar. São limitadas, no entanto, na medida em que não têm incorporado, como política de ocupação, a necessidade de induzir a manutenção de certos ambientes que, para além de qualidades físicas adequadas para a vida urbana, guardam uma diversidade social e arquitetônica e uma permanência de estratos sociais, atividades, práticas e formas espaciais que são a própria vitalidade da cidade na sua tensão entre passado e presente, entre mudança e memória.

As políticas de uso e ocupação do solo deveriam basear-se, não apenas na capacidade da infra-estrutura instalada, mas também no combate às tendências de homogeneização segregadora do espaço, procurando manter a cidade como local da diversidade e da convivência e acúmulo de tempos. Além disso, no âmbito dos próprios projetos arquitetônicos e urbanísticos, deveria prevalecer a criação de novos contextos, onde espaço público e espaço privado pudessem dialogar e ser complementares, e onde fundamentalmente se evitassem as segregações sociais e as homogeneizações espaciais segregativas.

Referências bibliográficas

- ANDRADE, Paulo Raposo, CÂMARA, Andréa Dornelas. Uma outra cultura da modernidade. **Revista Arquitetura e Urbanismo**, São Paulo: Pini Editora, n. 51, 1994.
- BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. Rio de Janeiro: Livraria Eldorado, s/d.
- BENJAMIN, Walter. A Obra de Arte na Época de suas Técnicas de Reprodução. In: BENJAMIN, Walter et al. **Textos escolhidos, Os Pensadores**, São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- BOLTHAUSER, João. **História da arquitetura**. v. 6, Parte 1. Belo Horizonte: UFMG, 1972.
- BRESCIANI, Maria Stella. As sete portas da cidade. **Espaço & Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos**, São Paulo, NERU, n. 34, 1991.
- CULLEN, Gordon. **El paisaje urbano**. Barcelona: Blume, 1974.
- DECCA, Edgar Salvadori de. **Memória e cidadania**. Arquiamérica I, Ouro Preto, 1991. (datil.)
- FURTADO, Bernardo Alves. **Favelas inseridas no meio urbano em Belo Horizonte**. Relatório final de Bolsa de Iniciação Científica. Belo Horizonte: UFMG, 1995.
- GREGOTTI, Vittorio. **Território da arquitetura**. São Paulo: Perspectiva, 1994.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Documentos, 1969.
- LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1980.
- NAVA, Pedro. **Chão de Ferro: Memórias/3**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1976.
- RAPOPORT, Amos. **Aspectos humanos de la forma urbana**. Barcelona: Gustavo Gili, 1978.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadros da arquitetura no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1970.
- ROSSI, Aldo. **La arquitetura de la ciudad**. Barcelona: Gustavo Gili, 1982.
- ROWE, Colin, KOETTER, Fred. **Ciudad collage**. Barcelona: Gustavo Gili, s/d.
- SANTOS, Carlos Nelson F. dos. Preservar não é tombar, renovar não é pôr tudo abaixo. **Revista Projeto**, São Paulo: Projeto Ed. Associados, n. 86, 1986.
- SANTOS, Carlos Nelson F. dos, VOGEL, Arno (Coord.). **Quando a rua vira casa**. São Paulo: Projeto, 1985.
- VIRILIO, Paul. Entrevista. In **América: Depoimentos**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
- WERNECK, Nísia Maria Duarte F. (Coord.). **A serra das chácaras**. Belo Horizonte: 1992. (Pesquisa)